

**CONTEXTOS RURAIS E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA –
ONDE ESTÁ A PSICOLOGIA?**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Psicologia

Francisca Shelley Dilger

**CONTEXTOS RURAIS E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: UMA
EXPERIÊNCIA – ONDE ESTÁ A PSICOLOGIA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial à obtenção de título de psicóloga

Orientadora: Gislei Domingas

Comentadora: Elaine Pretto

Parecerista: Rose Wille

Porto Alegre, junho de 2019

Agradecimento

Dedico estas palavras e tantas outras que ainda virão àqueles que me acompanharam, seja estando lado a lado, ou em pensamento. Ao meu irmão Maximiliano Fabian, que subindo em árvores fez a sua morada para proteger uma floresta centenária e não sentiu a derrota mesmo quando os outros lhe a impuseram. A ele que bota a mão na terra, anda de pé descalço, dorme nos bosques e não tem medo da noite, pois é nela que podemos ver as mais belas estrelas.

Aos meus pais, Gerhild e Gerhard, pois sem eles nada disso seria possível. Voltamos de onde viemos, (sempre). À minha família, Ruth, Paco, Arnfried, Martin, Manfred, Lore, Gerta e Erwin, que mesmo longe mandam boas novas e velhas.

Às minhas amigas e amigos da faculdade, Ana Maria, Manoela, Marina, Gabriela, Rebeca, Thomaz e Caroline, que estiveram comigo nesses seis anos e meio de graduação de Psicologia, compartilhando momentos bons e ruins, risadas, lágrimas e abraços. Ao Arthur, que muito já dividiu comigo, seja com ou sem palavras. À dupla que me convidou a revistar minhas memórias, Rodrigo e Elaine.

Às minhas amigas da faculdade de Biologia, que me conheceram quando entrei verde na UFRGS e me acompanharam em três semestres desse curso, Elisa, Manuella, Dandara, Laura, Patrícia e Cássia. Sem esses dois anos, não sei se a Psicologia teria sido meu segundo caminho.

Às minhas amigas de escola e companheiras de tantas idas ao Rincão Gaia, Heloísa, Helena e Ana Carolina, que nos aproximaram da mão na terra e dos mergulhos em águas limpas.

Às companheiras de casa em Belo Horizonte, Ana e Luísa, que dividiram comigo e com Ana Maria, espaços de muita comida boa, música e risadas.

À minha querida orientadora Gislei Domingas que esteve comigo durante esse caminho, lendo, pensando sobre algo que também para ela era terra desconhecida. Juntas, avistamos novos horizontes.

Sumário:

Resumo	7
Lista de Siglas	8
1. Introdução	9
2. Metodologia – Cartografia e itinerâncias – pisando na terra	10
3. Itinerância primeira: precisamos nos interdisciplinarizar - uma revisão conceitual	12
I. Rural e Ruralidades	12
II. Ruralidades e Psicologia	19
4. Itinerância segunda: Parque Nacional Serra da Canastra – narrativas de experiência	31
I. Quem não registra não é dono	33
II. O que contam e o que se escuta	37
III. Gurita	39
IV. A Comissão da Verdade Serra da Canastra – reconciliação possível?	42
V. A Mineração	42
VI. Preservação e Conservação Ambiental	43
VII. Fronteiras e Entornos	48
5. Itinerância terceira: Conservação Ambiental e Psicologia	49
6. Considerações Finais	57
7. Referências Bibliográficas	60

Porque nossos vizinhos são nossos irmãos de terra

Soy
Soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que te robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano
El sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena
Soy una canasta con frijoles
Soy Maradona contra Inglaterra anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta es mi cordillera
Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria no quiere a su madre
Soy América Latina
Un pueblo sin piernas pero que camina, oye
Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores
Tú no puedes comprar al viento
Tengo los lagos, tengo los ríos
Tengo mis dientes pa` cuando me sonrío
La nieve que maquilla mis montañas
Tengo el sol que me seca y la lluvia que me baña
Un desierto embriagado con bellos de un trago de pulque

Para cantar con los coyotes, todo lo que necesito
Tengo mis pulmones respirando azul clarito
La altura que sofoca
Soy las muelas de mi boca mascando coca
El otoño con sus hojas desmalladas
Los versos escritos bajo la noche estrellada
Una viña repleta de uvas
Un cañaveral bajo el sol en cuba
Soy el mar caribe que vigila las casitas
Haciendo rituales de agua bendita
El viento que peina mi cabello
Soy todos los santos que cuelgan de mi cuello
El jugo de mi lucha no es artificial
Porque el abono de mi tierra es natural
Não se pode comprar o vento
Não se pode comprar o sol
Não se pode comprar a chuva
Não se pode comprar o calor
Não se pode comprar as nuvens
Não se pode comprar as cores
Não se pode comprar minha'legria
Não se pode comprar minhas dores
No puedes comprar al sol
No puedes comprar la lluvia
Vamos caminando
Vamos dibujando el camino
No puedes comprar mi vida
Mi tierra no se vende
Trabajo bruto pero con orgullo
Aquí se comparte, lo mío es tuyo
Este pueblo no se ahoga con marullos
Y si se derrumba yo lo reconstruyo
Tampoco pestañeo cuando te miro
Para que recuerdes mi apellido
La operación cóndor invadiendo mi nido
Perdono pero nunca olvido, oye
Aquí se respira lucha
Yo canto porque se escucha (vamos caminando)
Aquí estamos de pie
Que viva la América
No puedes comprar mi vida

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso visa discutir os contextos rurais brasileiros e as atuações e intervenções da Psicologia nesses meios. Nota-se que na maioria dos currículos dos cursos de Psicologia, os meios rurais não são abordados. Buscar trabalhos da Psicologia nessas áreas é se informar sobre esses estudos, mas, além disso, é perceber que precisamos recorrer a outras áreas do saber que escrevem sobre essa temática. Assim, entende-se que a interdisciplinaridade é fundamental para trabalhar com os contextos rurais. Também se considera importante como ferramenta metodológica o uso da cartografia, principalmente a ideia de “itinerâncias”, percorrendo caminhos em processos seja na Biologia, Geografia ou Psicologia, constituindo um mapa também geográfico ao se deslocar pelo Brasil, pisando na terra. A narrativa de experiência é contada a partir da mobilidade acadêmica para a Universidade Federal de Minas Gerais, com o projeto de extensão Serra da Canastra. A participação foi durante uma ida a Delfinópolis, município da região da Serra da Canastra, onde foram entrevistadas pessoas que foram atingidas pela implementação do Parque Nacional Serra da Canastra na década de 70 e atualmente são atingidas pela ampliação do Parque. Durante o projeto de extensão também foram compilados documentos, reportagens e artigos sobre o assunto. A partir dessa narrativa, entende-se a importância de fazer uma discussão sobre a preservação ambiental no Brasil, tendo em mente também as políticas a respeito das Unidades de Conservação e se questionar sobre as contribuições da Psicologia nesse campo.

Palavras chaves: contextos rurais; Psicologia; narrativa; itinerância; conservação ambiental.

Lista de Siglas

APA – Área de Proteção Ambiental

APA – American Psychology Association

CDB – Convenção de Diversidade Biológica

CMADS - Comissão de Meio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

IBGE – Índice Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS-Ecológico – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Ecológico

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

MFS – Manejo Florestal Sustentável

PNSC – Parque Nacional Serra da Canastra

PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas

UC – Unidades de Conservação

UICN – União Internacional da Conservação da Natureza

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

1. Introdução

Este trabalho conta com a ideia de buscar uma temática pouco abarcada nos currículos dos cursos de Psicologia, os contextos rurais brasileiros. Outras áreas do conhecimento estudam e trabalham sobre e com as ruralidades há bastante tempo, de diversas maneiras, porém a Psicologia parece estar mais ausente nessas discussões do que talvez deveria. Estudar esses campos é abrir um leque enorme e se deparar com uma grande variedade, seja de metodologias, referências teóricas, sujeitos, paisagens, relações sociais.

Há que se reconhecer e ter em mente de que se ocupar com as ruralidades é trabalhar interdisciplinarmente, dialogando com outros cursos, além de estar em contato com os saberes das pessoas desses contextos (Calegare, Higuchi, 2013). Ler, escrever, atuar, intervir nos meios rurais exige estudar o que outras áreas também fazem. Portanto, este trabalho pisa, caminha e bebe em outras terras e rios.

Primeiramente, a ideia do trabalho era fazer uma revisão bibliográfica acerca das atuações e intervenções da Psicologia em contextos rurais do Brasil, de forma mais ampla. Ao passar do tempo e do caminho, percebemos que o interesse, principalmente com a narrativa de experiência sobre a Serra da Canastra, Minas Gerais, em atividade de extensão pela mobilidade acadêmica, se aproximava das discussões da conservação ambiental nesses campos.

O segundo capítulo abre os caminhos por meio da metodologia e o seu processo de caminhada e parada, com a cartografia e as itinerâncias. O terceiro capítulo é a primeira itinerância que insere diferentes maneiras de ler, ver e estudar o rural e as ruralidades; uma revisão conceitual (para seguirmos na temática), presente no primeiro subcapítulo, enquanto o segundo trata da Psicologia nos contextos rurais. O quarto capítulo é a segunda itinerância, trazendo a narrativa de experiências a cerca do Parque Nacional Serra da Canastra, a partir de um projeto de extensão do qual eu participei durante a minha mobilidade acadêmica para a UFMG, em 2016. Esse capítulo tem subcapítulos: Quem não registra não é dono - que traz os conceitos de propriedade rural e função social da propriedade privada; O que contam e o que se escuta – sobre aquilo que os entrevistados da Serra da Canastra contam sobre os processos de desapropriação

e as futuras inseguranças; Gurita – que fala de uma área da Serra da Canastra, que conhecemos durante a ida a Delfinópolis; A Comissão da Verdade Serra da Canastra – reconciliação possível? – que considera o trabalho da Comissão e suas implicações; A Mineração – que procura explicitar melhor a problemática da mineração na região; Preservação e Conservação Ambiental – trazendo as diferenças entre essas duas linhas ambientais e o histórico de algumas políticas ambientais no Brasil; Fronteiras e Entornos – mostrando a ambiguidade em relação aos limites do Parque Nacional Serra da Canastra. O quinto capítulo é sobre a terceira itinerância, uma discussão sobre a Psicologia e a Conservação Ambiental no Brasil, considerando que inicialmente me inquietava a ausência da Psicologia nesse campo. O sexto capítulo é sobre as Considerações Finais. Por fim, encontram-se as referências bibliográficas deste trabalho.

Como nem todo trajeto é reto, desejo a vocês, leitoras e leitores, um caminho inquietante, talvez desconhecido e desuniforme.

2. Metodologia – Cartografia e itinerâncias – pisando na terra

Escrever um trabalho de conclusão de curso é uma tarefa atribuída ao estudante de Psicologia com a ideia de aprofundar uma área de interesse, ou analisar uma experiência de estágio, ou buscar conhecer algum campo do qual não foi tratado durante a graduação, entre outras propostas. Talvez o meu trabalho esteja marcado por uma vontade de estudar algo antes não abordado pelo meu curso, mas eu não saberia dizer exatamente quando esse interesse começou e não que seja necessário precisar o ponto de início, mas considerar que nessa escrita foram compondo muitos lugares, caminhos e pessoas e que a partir da experiência de participar do projeto de extensão Serra da Canastra na UFMG entrei em contato com uma prática de Psicologia em um contexto rural, sem que isso tenha sido nomeado dessa forma na época. Uma narrativa de experiência se desenha a partir da mobilidade acadêmica, vivência que me moveu, mobilizou para traçar mapas, pisando na terra.

Esta experiência permaneceu agindo em meu processo de formação, conservação de uma ideia que se tornou, então, trabalho de conclusão de curso. Um conhecimento produzido a partir da experiência de conservar – guardar o que vivi no

encontro com Minas, pessoas, a conservação ambiental como um conceito que produz o TCC também, memórias do aprendizado.

Conservação¹

1. Ato de conservar; manutenção: conservação das tradições nacionais.
2. Estado de uma pessoa ou coisa preservada de desgaste.
3. Conservação da espécie, conjunto de fenômenos pelo qual se assegura a continuidade da vida através das gerações.

Experiência

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca.

O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. (Larrosa, 2002, p.21 e 27)

Espero que o/a leitor/a consiga visualizar e também traçar a medida da leitura desse trabalho um mapa de ideias, afetos e palavras, acessando também seus desejos e memórias. Ler e escrever sobre os contextos rurais é pisar na terra, no início em uma talvez terra desconhecida, mas que com o andar se abre para experiências cada vez mais excitantes, por perceber a infinidade de possibilidades de estudos e trabalhos também da Psicologia nesses meios.

Assim, entendo a metodologia como forma de acompanhar o processo de estudo, fazendo pensar. E esse processo acontece não somente com o pensamento ou com a mão que escreve, mas, sobretudo também com os pés que caminham sobre diferentes relevos. Poder mapear esses processos, caminhando é se aproximar da cartografia.

Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo em que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornam-se obsoletos. (Rolnik, 2006, p. 23).

1 <https://www.dicio.com.br/conservacao/>

Inicialmente, a ideia era mapear as atuações da Psicologia nos contextos rurais brasileiros, fazendo uma revisão bibliográfica a respeito dos trabalhos já realizados em diversos campos de intervenção. As pesquisas são diversas, não somente no que diz respeito ao público alvo, mas nas suas metodologias e referenciais teóricos, havendo uma diversidade de discussão a respeito das ruralidades. Na medida em que o processo de pesquisa acontecia, somando à aproximação da narrativa da experiência de projeto de extensão da Serra da Canastra em 2016 na UFMG, me dei conta que o meu interesse cada vez mais se aproximava de uma discussão sobre a Psicologia no campo da conservação ambiental. Para seguir o caminho da interdisciplinaridade que esse trabalho parece exigir, entende-se a itinerância como conceito importante para percorrer mapas.

A itinerância é vista como um constante deslocamento, percorrendo diferentes territórios justamente para possibilitar outras práticas (Lemke, da Silva, 2011). Considero que anteriormente e durante esse trabalho me movo, deslocando-me entre diferentes áreas e terras, visto que cursei alguns semestres de Biologia antes de entrar na Psicologia e carrego algumas dessas práticas comigo; procurei conhecer um pouco como a Geografia estuda os espaços rurais brasileiros, cursando uma disciplina desse curso; e principalmente por ter vivido a mobilidade acadêmica em outras terras. Somado a isso, me desloco e me torno móvel nas leituras e escritas sobre essas experiências e as de pesquisar sobre as ruralidades e no que a Psicologia já fala sobre esses contextos, mais especificamente no que diz respeito à conservação ambiental.

3. Itinerância primeira – precisamos nos interdisciplinarizar: uma revisão conceitual

I. Rural e Ruralidades

Pesquisar e escrever sobre a Psicologia em contextos rurais brasileiros torna necessário buscar o que se entende por rural ou ruralidade. Neste tema, foi necessário aproximar-se da noção de rural de outras áreas do saber e o que é desenvolvido sobre esse tema para depois compor a respeito disso no trajeto com a Psicologia. Seria o rural aquele espaço ligado a práticas agropecuárias, ao campo, à floresta e natureza? Existe uma diferença entre o rural e a ruralidade? Rural seria aquilo que não é urbano?

Siqueira e Osório (2001) trazem que no rural a interação entre os indivíduos é mais direta e concreta, havendo um conhecimento mais íntimo entre os moradores e também trazem diferenças em relação ao tamanho dos espaços, no momento em que comunidades rurais seriam menores e com uma população mais homogênea do que a urbana. Porém, lendo sobre as diferentes atuações da Psicologia nos contextos rurais, encontro uma grande diversidade em públicos participantes de pesquisas, mostrando a variedade da população. Dessa forma, não colocaria a população rural como mais homogênea do que a urbana, e sim diversa, defendendo a ideia de que também temos que tratar de contextos rurais no plural, não podendo pensar em um único contexto rural para falar de ruralidades.

Medeiros (2017) define as ruralidades no plano sociológico e geográfico como espaços habitados por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos que giram em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e à família. São práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a ajuda e a cooperação.

E ao assumir esta ruralidade como uma construção social é que devem ser enfatizadas e compartilhadas abordagens que percebem ser este um modo de ser, um modo de viver mediado pelo território e pela cultura. A ruralidade deve ter referência em si mesma e não a partir da cidade, como se dela fosse um apêndice com dependência política e econômica. (Medeiros, 2017, p. 182).

Santos, Arruda e Gerhardt (2018) veem a ruralidade como um valor com características próprias para as sociedades contemporâneas e não somente atividades econômicas, portanto o rural enquanto espaço de produção de vida e não apenas como um espaço produtivo. Esses autores também afirmam que o rural é um espaço de relações sociais específicas, construído por seus habitantes e suas relações consolidadas por laços familiares e de vizinhança, no nível da vida cotidiana e ao longo dos seus ciclos.

Siqueira e Osório (2001) trazem a dimensão econômica para o conceito de rural que se caracteriza pela atividade de produção de alimentos através da criação de plantas e animais. E de fato, quando pensamos em ambiente rural, provavelmente a maioria pense em atividades agrícolas como sendo principal economia do meio rural. Já Medeiros (2017) traz a entrada de ex-habitantes da cidade que buscam viver no campo com tranquilidade e paz, levando consigo suas referências urbanas. Também com o turismo, a atividade econômica não está somente pautada na agropecuária, mas também em outros serviços. Assim, a partir dos anos 80, se deu o avanço da pluriatividade, que

significa a combinação entre atividades agrícolas e as não agrícolas, não sendo mais exclusivo o trabalho na agricultura para muitos camponeses (Graziano, Del Grossi, 1997). Com a ampliação da indústria e sua comercialização e do turismo no ambiente rural essas atividades passaram a compor o trabalho dos pluriativistas.

Carneiro (1997) também traz que o espaço rural não é mais composto exclusivamente pela atividade agrícola, devido à redução de pessoas ocupadas na agricultura, somado ao aumento de pessoas residentes no campo exercendo atividades não agrícolas e pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras formas de renda. Também dessa forma aparecem as pluralidades no mundo do trabalho rural, o que pode significar uma diversidade de atividades, diferente da ideia que se pode ter de que no meio rural existe apenas a produção da agropecuária. Assim, a população rural envolve aqueles que habitam os campos, mas também outras categorias profissionais que habitam os núcleos dos pequenos municípios (Wanderley, Favareto, 2013). Além disso, Otero (2013) ressalta que o rural não pode ser reduzido a mero espaço físico, homogêneo, de produção, e sim de produção de vida, interação e expressão cultural.

Já outra concepção assume que o rural não se resume ao agrícola, porém o que define as áreas rurais são suas características espaciais, sendo essas a menor densidade populacional, a menor artificialização do ambiente se comparado com áreas urbanas e o maior peso dos fatores naturais (Delgado, Leite, Schmitt, Grisa, Kato, Wesz Junior, 2013). Essa visão não se detém sobre o aspecto econômico de produção, mas pensa em características do espaço, citando o maior peso dos fatores naturais, não especificando a quais se referem. Será que uma plantação, por exemplo, de soja ou uma floresta de eucalipto não é uma mudança artificial sobre o ambiente, ou por haver um rio que não é tapado por concreto como acontece nas cidades, há mais fatores naturais?

Wanderley (2000) aponta que

seu estudo [da ruralidade] supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (Wanderley, 2000, p.70).

Assim é colocada uma maior gama de aspectos a serem considerados na hora de escrever sobre o rural, não podendo tomar ele apenas como um certo espaço físico com mais natureza ou como base para a economia agropecuária.

Outros autores consideram que a conceituação de rural também depende da localidade a qual se refere, ou seja, em qual região esse espaço se encontra, já que a realidade em cada ambiente, seja no estado de São Paulo ou em outro estado é vivida de forma diversa, mostrando a diversidade do rural (Osório, Siqueira, 2017). Esses autores também trazem o conceito de rural utilizado nas pesquisas do IBGE como aquilo que o município define como rural em seu plano diretor. Ou seja, é algo que varia em cada município.

Conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010, 24,3% da população brasileira se encontra em áreas rurais. Assim, Wanderley e Favareto (2013) atentam que a população rural não é desprezível, apontando para a importância de ser levado melhor em conta para o desenvolvimento de políticas públicas. Além disso, se comparado com a população rural de 2000, que indicava 25,1% da população total, nota-se que a perda de habitantes na área rural não é grande, diferente das décadas anteriores (Wanderley, Favareto, 2013).

Wanderley e Favareto (2013) agruparam dados do IBGE, considerando rurais os municípios que contam com uma população inferior a 50 mil habitantes, uma densidade populacional menor que 80 habitantes por quilômetro quadrado e de localização fora das aglomerações metropolitanas ou grandes centros urbanos. Mesmo assim, os autores ressaltam a importância de lembrar das áreas adjacentes aos grandes centros urbanos, que formam cinturões verdes e são responsáveis pelo abastecimento de produtos hortifrútiis, ou pelos remanescentes de áreas nativas, havendo repercussões para a paisagem e o lazer (Wanderley, Favareto, 2013). Em Porto Alegre essas áreas se localizam no extremo da zona sul, chamada também de Zona Rural, abarcando o Lami e Belém Novo, por exemplo. Essas áreas estão sendo muito visadas para a construção de condomínios privados, levando a uma crescente urbanização dessas áreas.

Wanderley e Favareto (2013) colocam que o rural não pode ser retratado como uma categoria a-histórica que se possa definir independentemente do tempo e do lugar. Assim, trazem que

a ruralidade diz respeito à forma como se organiza a vida social, levando em conta, especialmente, o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida (Wanderley, Favareto, 2013, p. 415).

Acredito ser importante considerar a categoria histórica para falar de qualquer contexto, não podemos falar sobre acontecimentos e espaços sem considerá-los inseridos na história, com uma temporalidade e uma marca de lugar. O mesmo vale quando falamos no contexto rural, aqui não se pretende generalizar características para chegar a uma definição fechada e homogênea.

Ploeg e Marsden (2008) identificam o rural como um espaço de coprodução entre o homem e a natureza, mesmo considerando que em muitos contextos as atividades produtivas desenvolvidas nos espaços rurais refletem uma crescente desconexão dos processos produtivos em relação a seu entorno, dependentes cada vez mais de insumos e agrotóxicos, causando contaminação de solo e água e comprometimento com a saúde do trabalhador agrícola. (apud Delgado, Leite, Schmitt, Grisa, Kato, Wesz Junior, 2013). Mesmo assim, considero interessante esse pensamento da coprodução entre o ser humano e a natureza, onde o trabalhador é agente conjunto de ação na terra, precisando e dependendo dela, o que me faz pensar na necessidade de respeito à terra, princípio que não acontece no momento em que se nota o uso da terra por meio da exploração. Isso se aproxima ao que Toledo (2008) traz do rural como espaço onde predomina a apropriação direta de materiais e energia, sendo que algumas destas formas de apropriação não provocam mudanças substanciais na estrutura, dinâmica e evolução dos ecossistemas e paisagens, possibilitando sua reprodução e continuidade ao longo do tempo. Já outras atividades desarticulam e desorganizam a reprodução desses ecossistemas, afetando sua capacidade de manutenção, autorreparação e reprodução (apud Delgado, Leite, Schmitt, Grisa, Kato, Wesz Junior, 2013). Temos um exemplo recente de apropriação direta e de exploração que atingiu o Brasil de forma violenta: o rompimento de mais uma barragem de rejeitos de mineração em Brumadinho, Minas Gerais, em janeiro de 2019. Em novembro de 2015 havia

ocorrido outro rompimento de barragem, em Mariana, também Minas Gerais². Com crimes ambientais desse tamanho, é de se pensar como estão tratando a nossa terra.

Jollivet (1997) apud Wanderley e Favareto, (2013) coloca que a história econômica de uma sociedade

é também uma história política, feita de escolhas sobre a base de antagonismos, de alianças, de relações de poder entre forças sociais (grande propriedade fundiária, burguesia, classe operária, campesinato...); elas exprimem uma relação coletiva historicamente construída entre uma população e seu território. (Jollivet, 1997, p. 416).

A partir disso podemos pensar nos diversos atores sociais que compõem a história política do meio rural para não deixar de falar sobre os conflitos que acontecem no rural, seja no campo ou na floresta, movidos por interesses de diferentes atores, demonstrando que ter posse (ou não) sobre terra é uma questão de poder. Nessa linha, Martins (1986a) atenta que é essencial compreender que a propriedade de terra determina relações sociais, organiza relações de classe, sustenta relações econômicas e políticas, com uma determinada estrutura de poder e alimenta relações de dominação (apud Wanderley, Favareto, 2013). A propriedade de terra passa ser uma questão para diversos atores sociais do rural. Dessa forma, além de fazendeiros, agricultores e assentados é indispensável falar nos povos e comunidades tradicionais como atores sociais do campo, como os babaqueiros, caboclos, ribeirinhos, caiçaras, campeiros, jangadeiros, pescadores artesanais, quilombolas, sertanejos, indígenas, entre outros, que muitas vezes lutam pelo seu reconhecimento ou sua permanência em suas terras (Calegare, Higuchi, 2013). Martins (1989) também fala da resistência cultural do trabalhador rural como uma resistência política a medida que resiste à negação do seu modo de vida e tradições, imposta pela grande propriedade que pretende representar o progresso, considerando os modos de vidas tradicionais incompatíveis com o desenvolvimento da modernidade (apud Wanderley, Favareto, 2013).

Mesmo que pareça ser uma retratação muito dualista sobre o conflito no meio rural, é importante situar o que Wanderley e Favareto (2013) trazem a cerca disso:

² Para saber mais, acessar: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html> e https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/25/politica/1548431899_158139.html

dois campos em disputa política e ideológica se constituem, cada um portador de seu próprio projeto de sociedade e de desenvolvimento rural: um primeiro construído a partir e em função dos interesses e demandas vinculados à concentração da terra; e um segundo, que se forma por meio de iniciativas de resistência ou de adaptação, expressando as referências identitárias, em sua diversidade, de quem vive efetivamente no campo. Em outras palavras, trata-se da disputa entre as concepções de rural, enquanto espaço de investimento e enquanto um lugar de vida (Wanderley, Favareto, 2013, p. 440).

Além dessas formas de conflito, Carneiro (2012) escreve sobre o Brasil escravocrata e o seu resultado após a abolição: o de produzir um agricultor destituído da propriedade de terra, sem casa e cidadania, havendo atualmente ainda indícios de relações sociais no campo permeadas pela ideia do “favor” e da dependência pessoal. (apud Calegare, 2015).

Levando em consideração que as relações conflituosas com os diversos interesses em jogo também constituem a matéria-prima da ruralidade, deve se colocar, por essa razão, ruralidade no plural, ou seja, falar em ruralidades (Wanderley, Favareto, 2013). Somado a isso, havendo o entendimento sobre os atores sociais como povos tradicionais, não acredito que seja possível desconsiderar a diversidade presente no meio rural, não podendo se falar em contextos rurais no singular.

O surgimento das Ligas Camponesas em 1955, movimento organizado pelos trabalhadores rurais do Nordeste também é um importante marco para falar dos conflitos no campo. Esses movimentos que reivindicam a reforma agrária foram responsáveis também pela criação do Estatuto do Trabalhador Rural realizado pelo Estado (Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963) e do Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que garantiram os direitos do trabalhador rural (agora assalariado e organizado em sindicatos) e orientaram as políticas públicas, pelo menos no papel (Calegare, 2015).

A agricultura familiar também é uma importante forma de prática da agricultura, que do final dos anos 1980 em diante, começou a ganhar mais destaque, apontando que esses modos de produção familiar eram capazes de alcançar novos patamares tecnológicos, grande rentabilidade de recursos e maior valorização do trabalho (Wanderley, 2011). Em 1995, esse modo de produção ganhou reforço pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que facilitou alguns

mecanismos burocráticos aos pequenos produtores e agricultores rurais (Calegare, 2015).

Abramovay (2003) entende que é preciso considerar uma série de relações que compõe a ruralidade, incluindo sua relação com a natureza, considerando a biodiversidade, sua relação também com as cidades e a relação dos habitantes entre si (apud Wanderley, Favareto, 2013). É interessante destacar entre diferentes aspectos a relação dos habitantes entre si, pois é ela que fala de relações sociais que constituem modos de vida no rural, mesmo que em cada local com suas diferenças, pois não podemos afirmar que a relação entre pessoas no interior do Rio Grande do Sul seja a mesma de pessoas no sertão pernambucano, por exemplo. Estudos e escritos sobre essas relações talvez sejam encontrados na medida em que procuro saber mais sobre as atuações da Psicologia nos contextos rurais brasileiros.

Reforçando a ideia do rural para além da sua produção econômica Ferreira (2002) escreve: “o rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida.” (Ferreira, 2002, p. 31 apud Wanderley, Favareto 2013). Dessa maneira, Wanderley e Favareto (2013) defendem a importância do reconhecimento da diversidade social da população rural brasileira e de suas formas de produção e trabalho, de natureza comunitária e/ou familiar, responsáveis pela vitalidade social dos espaços rurais. Assim sendo, não podemos pensar em meio rural como algo homogêneo, portanto, reconhecer a diversidade no rural também é papel da Psicologia. Também sobre desejos e projetos de vida do rural, marcando singularidades é que a Psicologia pode e deve se interessar. O que é escrito sobre isso a partir do olhar da Psicologia?

II. Ruralidades e Psicologia

Até aqui, tratei de expor o que a Geografia e a Economia escrevem sobre o rural e a ruralidade. O trabalho agora é de reunir o que os estudos da Psicologia que se ocupam do rural têm para adicionar nessa discussão. Silva e Macedo (2017) observam uma ausência de uma ampla discussão sobre os estudos rurais, havendo uma lacuna na hora de qualificar o olhar e a atuação dos psicólogos nesse contexto, mas também colocam que entende-se que o rural não pode ser definido como algo único e sim como

uma variedade heterogênea de modos de vida com diversos atores individuais e coletivos, perpassado por várias expressões de subjetividade, coexistindo no que se chama de ruralidades (Silva, Macedo, 2017, Lopes, Ferreira, Friedrich, 2018). Pessoa e Alchieri (2013) afirmam que “o meio rural é um espaço para reconhecimento social e preservação da saúde ambiental e humana” (Pessoa, Alchieri, 2013, p. 351).

A questão rural na atualidade pode ser compreendida como a tensão e os conflitos em torno do projeto de integração, seja espacial ou social (Wanderley, 2011). Essa é uma ideia que Calegare (2015) entende como uma definição a ser considerada também pela Psicologia.

Conforme contextos rurais pesquisados, é necessário dialogar tanto com os saberes técnicos de vários campos disciplinares, como os saberes populares e tradicionais, possibilitando compreender os processos sociais. (Dantas, Dimenstein, Leite, Torquato, 2017) Estes autores problematizam o trabalho com assentamentos

[...] e dos seus moradores foi fundamental, pois só assim foi possível entender o processo de exclusão e marginalização dessas populações rurais. Mediante isso, faz-se necessário atuar de forma crítica e ética para evitar a manutenção da condição de exclusão/submissão que os assentados vivenciam cotidianamente. Atuar nesses contextos é buscar agir como força de resistência para o empoderamento social e político e contribuir para a construção de espaços que favoreçam o exercício da cidadania, a partir do estabelecimento de posturas dialógicas, cooperativas e problematizadoras. (Dantas, Dimenstein, Leite, Torquato, 2017)

Assim, as pesquisas em contextos rurais podem contribuir para que as instituições acadêmicas e profissionais de psicologia criem estratégias para que as demandas das populações do campo possam ser problematizadas e compreendidas contando com profissionais qualificados no exercício técnico, ético e político para acolher e interferir sobre os problemas desses territórios de forma participativa, interventiva e emancipatória.

A seguir, apresento uma tabela que sistematiza os artigos do livro “Psicologia e Contextos Rurais” para mostrar a diversidade encontrada nas metodologias, referências teóricas e discussões.

Quadro descritivo 1 – Livro “Psicologia e Contextos Rurais”

TÍTULO e AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	QUESTÃO	PÚBLICO ALVO	DISCUSSÃO	CONSIDERAÇÕES FINAIS	REFERÊNCIAS
A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais - Leite, Macedo, Dimenstein, Dantas	Tratar do desafio da formação acadêmica e profissional de psicólogos em cidades com características rurais.	Revisão Bibliográfica	De que maneira as teorias e práticas psicológicas têm se preocupado com o rural?	Psicólogos	Interiorização da Psicologia. Aproximação dos psicólogos com as políticas públicas a partir da década de 90. Problemas sociais se intensificam no meio rural, pela dificuldade de acessos aos serviços, insegurança fundiária, exploração no trabalho, seca e estiagem, etc.	A importância de que os psicólogos se envolvam com os contextos rurais para que se possa avançar na Psicologia mais próxima e comprometida com a realidade e as necessidades dos povos. As possibilidades de atuação do psicólogo no meio rural são múltiplas.	Martín-Baró; Freire; Carneiro; Foucault; Graziano da Silva;
A categoria juventude em contextos rurais: o dilema da migração - de Oliveira Jr., Prado	Investigar como jovens migrantes, filhos de agricultores dão sentido ao seu percurso migratório.	Análise de discurso	-	Jovens migrantes rurais	Êxodo rural inicia na década de 60, incluindo motivos como a fome, fascínio por valores e hábitos da cidade e preconceito e desvalorização dos seus meios de vida. Juventude rural como categoria social e sua invisibilidade. Crise de reprodução da agricultura familiar com reflexos na identificação negativa dos filhos de agricultores com o trabalho agrícola.	A migração devido a dificuldades no campo é acompanhada de condições ruins na cidade. É preciso construir estratégias para que o campo seja um espaço de direitos.	Cândido; Durham; Bourdieu; Ibidem; Carneiro; Wanderley

Quadro descritivo 2 – Livro “Psicologia e Contextos Rurais”

TÍTULO e AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	QUESTÃO	PÚBLICO ALVO	DISCUSSÃO	CONSIDERAÇÕES FINAIS	REFERÊNCIAS
Juventude no semiárido nordestino: caminhos e descaminhos da emigração - Ferreira, Bonfim	Apresentar uma reflexão sobre emigração nordestina. Investigar a relação afetiva dos jovens com o entorno e sua influência na decisão de emigrar ou não.	Pesquisa intervenção. Mapas afetivos. Análise de conteúdo categorial.	-	Estudantes do ensino médio	O interesse e a necessidade de jovens no campo tornarem-se emigrantes têm diminuído. A emigração gera sofrimento por causa de desenraizamento, falta de apropriação espacial, perda de parâmetros identitários. Motivos que influenciam a decisão de ficar: medo do desconhecido, apego ao lugar, medo de se afastar da família. Motivos que influenciam a decisão de partir: desemprego, subemprego, humilhação no trabalho, desejo de estudar, sonho da carteira assinada.	A decisão de emigrar é permeada pelos afetos. A seca, desemprego, exploração, humilhação tem sido grandes responsáveis pelas emigrações. “A emigração pode ser vista como uma potência de ação ou de padecimento” (p. 112). A importância da educação do semiárido e da fiscalização das empresas para garantir os direitos do trabalhador.	Bomfim; Sawaia; Albuquerque; Viera
Jovens de ambiente rural e urbano e sua relação com projetos de vida - Furlani, Bonfim	Discutir a realidade psicossocial de jovens de ambiente rural e urbano e as relações com seus projetos de vida.	Perspectiva da Psicologia Histórico-cultural. Mapas afetivos	Como se fragilizam os projetos de vida de jovens que vivem em ambientes com exclusão social?	Jovens de ambiente rural e de ambiente urbano.	Discussão de projetos de vida. Afetividade como categoria de estudo. Os jovens de ambiente rural tendem a buscar mais cedo trabalho do que jovens da cidade. “Quando os jovens demonstram falta de criatividade e motivação [...] para projetar planos percebemos o sofrimento ético-político.” (p. 137).	Em sua maioria os jovens tiveram como projeto de vida concluir estudos, fazer faculdade, ter um trabalho e constituir família.	Ozella; Giddens; Sawaia; Vygotski; Bomfim; Park; Osório; Rolnik

Quadro descritivo 3 – Livro “Psicologia e Contextos Rurais”

TÍTULO e AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	QUESTÃO	PÚBLICO ALVO	DISCUSSÃO	CONSIDERAÇÕES FINAIS	REFERÊNCIAS
Psicologia Social e Ambiental em Unidades de Conservação do Amazonas - Calegare, Higuchi	Explicar a respeito dos trabalhos desenvolvidos nas UCs, cuja abordagem é da Psicologia Social e Ambiental	Levantamento socioambiental e Inventário florestal.	Buscar compreender os modos de vida e morar dessas pessoas.	Comunidades rurais/ribeirinhas no interior do Amazonas localizadas dentro de UCs.	Povos e comunidades tradicionais habitam as áreas demarcadas há gerações e que deveriam ganhar visibilidade dentro das políticas de conservação <i>in situ</i> . Reconhecimento formal de 1992: Conselho Nacional de Populações Tradicionais. Etnoconservação: aliança de saberes de ciências sociais e naturais aos conhecimentos tradicionais. Necessidade de trabalhar interdisciplinarmente.	“Ainda é preciso desenvolver muitas outras produções acadêmicas e estratégias que integrem proteção da natureza e atendimentos aos anseios e necessidades dos habitantes locais.” (p.195)	Higuchi Leff Minayo Darcy Ribeiro Vianna
Massacre no acampamento Terra Prometida - Felisburgo MG: o papel da P. frente ao trauma psicossocial - Campos, Sawaia	Problematizar o papel da Psicologia frente aos processos de transformação social e compreender a composição dos afetos do trauma psicossocial.	Intervenção psicossocial, 3 níveis. Elaboração da memória coletiva. Pesquisa participante. Abordagem sócio-histórica psicologia da libertação e análise de sentido e significado.	-	MST Terra Prometida – MG (fez o pedido/ a demanda)	“A práxis psicossocial não deve ser reduzida ao tratamento psicoterápico sob o risco de tornar-se mero paliativo apaziguador das relações desumanizantes.” (p.204). Valorização da dimensão política da produção dos afetos. Terrorismo de Estado. Análise de dados revela silêncio, medo, raiva, ódio, sentimento de injustiça, autculpabilização das vítimas, entre outras coisas.	Sofrimento e traumatização não se curam ou esvaecem com o tempo, eles têm que ser reelaborados para que se interrompa. A partir da produção de reflexões a Psicologia pode intervir em uma terapêutica comunitária, também desenvolvendo ações de publicizar memórias e narrativas.	Vygotski Pedersen Martin- Baró

Quadro descritivo 4 – Livro “Psicologia e Contextos Rurais”

TÍTULO e AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	QUESTÃO	PÚBLICO ALVO	DISCUSSÃO	CONSIDERAÇÕES FINAIS	REFERÊNCIAS
Construindo barragens e masculinidades: pesquisa em P. Social em um canteiro de obras de uma hidrelétrica na fronteira do RS-SC - Detoni, Nardi	Descrever e analisar a construção das masculinidades de uma população nômade que ocupou uma cidade temporária para a construção de uma usina hidrelétrica.	Observação de campo e entrevistas	Necessárias políticas públicas que dessem maior ênfase às populações itinerantes?	Pop. Nômade, obreiros homens = 15 barrageiros	Contexto com homosociabilidade heteronormativa. Hierarquias, dominação e solidariedade.	as masculinidades são hierárquicas e heterogêneas. “A pesquisa com populações itinerantes mostra como as territorialidades se refazem e reproduzem disputas e hierarquias nos coletivos de trabalhadores.” (p. 268)	Butler Foucault
Mulheres e psicotrópicos: subjetivação e resistência em trabalhadoras rurais – Araújo, Nepomuceno, Figueiró, Mello	Discussão sobre processos de singularização de um grupo de mulheres do assentamento Resistência Potiguar, com foco na relação delas com a saúde e no uso de medicamentos psicotrópicos.	Análise Institucional. Entrevistas semiestruturada. Rodas de conversa. Observação participante. Análise de fala	Quais estratégias são utilizadas para lidar com o sofrimento psíquico? Como vem ocorrendo o uso de psicotrópicos em assentamentos do MST?	33 mulheres assentadas	Ansiosséticos são como um vigia permanente do desespero das mulheres. Antidepressivos constroem uma ideia de depressão como uma sintomatologia feminina. Aponta que o sofrimento psíquico dos agricultores tem sido uma realidade assim como a escassez de pesquisas no contexto do meio rural. Processos de subjetivação militante e suas linhas de fuga ao não usar psicotrópicos, acreditar e inventar outras formas de existência.	O consumo de psicotrópicos no assentamento é de 3%. A comunidade não enfrenta menos problemas do que outros grupos. Foi observado um sentimento de solidariedade que proporciona uma relação de ajuda mútua.	Barembli t; Guattari; Rolnik; Dimenstein; Mastroianni; Galdurós; Levigard e Rozemberg; Deleuze

Quadro descritivo 5 – Livro “Psicologia e Contextos Rurais”

TÍTULO e AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	QUESTÃO	PÚBLICO ALVO	DISCUSSÃO	CONSIDERAÇÕES FINAIS	REFERÊNCIAS
A seca e sua relação com o bem estar das famílias rurais no nordeste do RS – Favero, Sarriera, Trindade, Galli	Analisar como as perdas ocasionadas pelas secas exercem influência sobre o bem-estar familiar. Identificar as estratégias de coping.	Questionários quantitativos. Entrevista semiestruturada. Questionário para dados biosociodemográficos	-	7 agricultores (3 mulheres, 4 homens)	Impactos objetivos. Impactos subjetivos. Estratégias para lidar com o desastre. Apoio social. Recursos coletivos de coping.	Ausência de políticas públicas de longo prazo. Presença de medidas emergenciais. Permanência e não permanência dos jovens. Trabalho do psicólogo com comunidades rurais	Bosch Teoria Conservation of Resources
Agricultura Familiar Orgânica: em busca de qualidade de vida no âmbito do desenvolvimento rural mais sustentável - Pessoa Alchieri	Contribuir com o conhecimento acerca da Agroecologia, refletindo sobre a qualidade de vida do agricultor familiar	Revisão Bibliográfica	Desafio de relacionar conceitos “saúde”, “qualidade de vida”, “bem estar social” à AFO.	Agricultores familiares orgânicos	Analisando o meio rural a partir da agricultura, percebe-se que o padrão produtivo determina mudanças significativas na saúde social e ambiental, refletindo-se na qualidade de vida dos agricultores. A QV no meio rural se correlaciona ao grau de conhecimento dos agricultores sobre o suprimento de suas necessidades e recursos disponíveis de maneira sustentável (p. 348). A afinidade que o trabalhador estabelece com o meio ambiente resulta no processo saúde-doença.	A zona rural deve ser um lugar em que os especialistas da saúde trabalhem com outros profissionais. Agroecologia é uma estratégia de promoção de saúde. O meio rural é um espaço para reconhecimento social e preservação da saúde ambiental e humana.	Dejours Fleck M P A Kautsky Karam K F Minayo

Quadro descritivo 6 – Livro “Psicologia e Contextos Rurais”

TÍTULO e AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	QUESTÃO	PÚBLICO ALVO	DISCUSSÃO	CONSIDERAÇÕES FINAIS	REFERÊNCIAS
Políticas Públicas quilombolas e produções indenitárias: percursos históricos e conflitos políticos - Fernandes, Munhoz	Analisar as estratégias adotadas pelo Estado para cooptar os planos inventivos dos processos de subjetivação dos movimentos sociais e grupos minoritários.	Cartografia	Como os enquadres das políticas quilombolas repercutem nas relações comunitárias e nas produções do ser e fazer-se negro no Brasil?	Comunidades quilombolas	Marginalidade dos quilombos. Atualização política do quilombo – identidades inventivas e processos de subjetivação, devir minoria. Direito à terra as populações tradicionais. Estratégias de luta e linhas de fuga.	Psicologia e seus campos possíveis de atuação nas políticas quilombolas. “As identidade são necessárias enquanto produções que possibilitem negociações a enfrentamentos políticos de grupos minoritários que requerem para si seus direitos.” (p. 381)	Deleuze Foucault PálPelbart Guattari Rolnik Pál Pelbart
Povos indígenas e espaço acadêmico: uma articulação para se pensar a produção do conhecimento - Gonzales, Guareschi	Refletir como fazemos perguntas e instituímos os quadros de referência e validade no âmbito do conhecimento acadêmico.	Constituir “cena de pesquisa”: formação universitária na região noroeste do RS.	Como se constitui a inscrição em um ordenamento estatal jurídico de povos que organizam-se socialmente em processos e modos próprios?	Estudantes universitários indígenas e não indígenas	Políticas públicas e ações afirmativas correlativas aos povos indígenas, também do universo acadêmico. Técnicas de controle populacional (Censo) aprimoram-se e vão ajudar o Estado e as organizações indígenas a melhorar o controle social sobre as políticas públicas dos índios.	Se pensa a relação como vários Outros numa cena e a partir desse encontro de Outros, considerar as várias versões controversas como um campo de análise que constitui.	Chauí Foucault Freire Latour Despret

Quadro descritivo 7 – Livro “Psicologia e Contextos Rurais”

TÍTULO e AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	QUESTÃO	PÚBLICO ALVO	DISCUSSÃO	CONSIDERAÇÕES FINAIS	REFERÊNCIAS
A Psicologia Comunitária no contexto ameríndio: a educação mitológica Guarani na indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão - De Menezes	Elucidar elementos que podem agregar à construção de conhecimento social e comunitário tendo como campo o contexto rural indígena.	Ensino participativo, observação participante, conversas em roda. Educação Biocêntrica. Diário de Campo	-	Aldeia Mbya Guarani “Ka’aguyPoty” Flor da Mata em Estrada Velha, RS	Educação Mitológica. Os ritos são instrumento para a resistência cultural, a religiosidade e a aprendizagem que permite ressignificar experiências pessoais e recolocá-las a partir das referências coletivas dentro de um espaço imaginativo e simbólico. Mitos são imagens que orientam as ações, o pensamento pessoal e coletivo e lidam com a transformação da consciência. Dança Guarani e deus Nhanderú.	Espaços da UNISC foram alterados, mudando a invisibilidade indígena na universidade. A dança é instrumento para resistência cultural, religiosidade e aprendizagem.	Morin Campbell Larsen
Uma experiência de Psicologia Comunitária na comunidade de Barra de Mamanguape – Veloso, Oliveira, Lima, Marinho, Andrade	Relatar a experiência para contribuir com o fortalecimento da comunidade e dos atores sociais envolvidos. Fortalecer e fomentar espaços de escuta e de problematização da realidade.	História Oral, Entrevistas. Análise de conteúdo dos depoimentos. Visitas domiciliares, observação participante, reuniões e oficinas, diário de campo, grupos, Teatro do Oprimido.	-	Comunidade de Barra de Mamanguape (PB)	Fortalecimento ou da comunidade com participação, autogestão, reflexão crítica e compromisso. Teatro do Oprimido: o espectador pode abandonar o papel de passividade e assumir o de protagonista, para transformar a ação dramática, e preparando-se para a ação real. Oficinas psicopedagógicas. Afetividade como ato ético-político.	“Os ‘resultados’ da pesquisa realizada contribuíram, tanto em termos de conhecimento sobre a comunidade quanto em termos de estratégias de aproximação e problematização da realidade [...]”. O diálogo entre a Psicologia Social Comunitária e a Educação Popular auxiliou a estimular formas coletivas de aprendizado.	Campos; Demartini ;Boal; Montero; Lane & Freitas; Zanella; Bourdieu; Ximenes; Lima, Bomfim ; Pascual; Deleuze; Guattari

Quadro descritivo 8 – Livro “Psicologia e Contextos Rurais”

TÍTULO e AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	QUESTÃO	PÚBLICO ALVO	DISCUSSÃO	CONSIDERAÇÕES FINAIS	REFERÊNCIAS
Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária - Ximenes Moura Jr	Contribuir para evidenciar a necessidade de se desenvolver práticas e teorias contextualizadas na realidade das zonas rurais.	Psicologia Social da Libertação. Problemática e cooperação. Observação participante. Diários de campo. Método de facilitar-pesquisando e facilitar-pesquisando a dinâmica comunitária. Mapeamento psicossocial	A extensão seria estender o conhecimento científico produzido nas universidades à população que não o tem?	Produtores rurais de municípios do Ceará	“Os desafios de desconstruir paradigmas de que a Psicologia é numa ciência e uma profissão elitista e que não tem muito a contribuir com o contexto das zonas rurais, demandam uma dedicação dos psicólogos a fim de evidenciar a necessidade de se desenvolver práticas e teorias contextualizadas nessa realidade.”. Geralmente, os moradores das áreas rurais cultivam sentimentos positivos em relação às suas comunidades, mesmo que na maioria dos casos, o acesso aos serviços básicos seja mais difícil. Construção de uma cooperativa, oficina de validez ecológica.	A Psicologia Comunitária aponta possíveis caminhos para o enfrentamento da marginalização social, política e simbólica que as comunidades rurais estão inseridas, utilizando estratégias presentes nessas próprias comunidades rurais, mas é necessário o estabelecimento constante de posturas dialógicas, cooperativas e problematizadoras entre morador e agente externo.	Albuquerque; Góis; Martín-Baró; Vygotski; Freire; Rogers; Bardin; Sawaia

Quadro descritivo 9 – Livro “Psicologia e Contextos Rurais”

TÍTULO e AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	QUESTÃO	PÚBLICO ALVO	DISCUSSÃO	CONSIDERAÇÕES FINAIS	REFERÊNCIAS
O trabalho escravo contemporâneo a partir de uma análise foucaultiana de documentos da OIT - Gomes Lemos	Suscitar uma discussão do modo como documentos são utilizados como dispositivos políticos e como produzem práticas de poder e de subjetivação sem intencionalidades e como emergência/proveniência genealógicas.	Materialidade de análises: fragmentos de contribuições realizadas na dissertação Análise de documentos que compõem as noções acerca das práticas de exploração de trabalhadores rurais: um estudo genealógico.	Sendo o Brasil um dos países membros da OIT e tendo assinado diversas Convenções, de que modo linhas de força que operam a construção desses documentos produzem ressonâncias em esfera nacional?	Trabalhadores forçados.	Contextualização histórica internacional acerca do trabalho escravo e forçado. Objetivos estratégicos da Organização Internacional do Trabalho. Repercussões do tema do trabalho forçado e escravidão no Brasil. Estado Brasileiro oficializou a existência da perpetuação do trabalho escravo em 1985, com a criação do Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária. Indicadores (por meio de pesquisas e notificações) reunidos pelas agências como Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério Público do Trabalho, pela OIT e pela Comissão Pastoral da Terra. Definição de trabalho forçado.	Direcionamentos: a criação de modalidades distintas de biopolíticas, no âmbito da relação, da vida, do trabalho e da linguagem. Muitos dos casos de trabalho forçado não são julgados como crimes hediondos, e sim como irregularidades trabalhistas. Demandas de criação de alternativas de eliminação e prevenção com a atuação de inspetores do trabalho. Maior fiscalização e maior ação sindical.	Foucault Carvalho Moura Lazzarato Le Goff Sakamoto

A respeito da Psicologia nos contextos rurais, Dantas, Dimenstein, Leite, Torquato e Macedo (2018) atentam para os desafios de pesquisas nesses contextos, como por exemplo, a importância de conhecer os processos sociais e históricos dos grupos sociais estudados. Assim, é interessante buscar em cada estudo da Psicologia em contextos rurais, o que as/os pesquisadoras/es entendem sobre o público alvo da pesquisa, seja trabalhadores rurais de assentamentos, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais ou outros. Por exemplo, em uma pesquisa em Unidades de Conservação do Amazonas, Calegare e Higuchi (2013) consideram impossível haver um inventário florestal com as características da floresta sem um levantamento socioambiental com as particularidades do modo de vida daqueles que habitam na Unidade. Isso demonstra a indissociabilidade de conhecer os habitantes de um lugar sem conhecer o local em que vivem, pois Calegare e Higuchi (2013) entendem que estudar Unidades de Conservação “é falar sobre espaço e lugar, seja como arena de acontecimentos sociais ou como localidade geográfica” (Calegare, Higuchi, 2013, p. 171). Desse modo, também observa-se um vínculo estreito entre o agricultor e a natureza, na medida em que mudanças no ambiente são sentidas subjetivamente nos trabalhadores (Favero, Sarriera, Trindade, Galli, 2013).

Araújo, Nepomuceno, Figueiró e Mello (2013) apontam que segundo Levigard e Rozemberg (2004) há um aumento de doenças mentais em trabalhadores rurais, com queixas de nervosismo, havendo também um maior uso de medicamentos como forma de lidar com essa problemática. Esse estudo foi realizado em um assentamento, caracterizando os assentamentos com relações diferenciadas com o Estado, tornando os assentados como um grupo social diferenciado de outros camponeses (Araújo, Nepomuceno, Figueiró, Mello, 2013). A pesquisa que tinha como questão saber quais as estratégias utilizadas para lidar com o sofrimento psíquico e o uso de psicotrópicos notou que muitas vezes, os assentados optam por utilizar meios de cuidado vindas do saber popular rural, demonstrando uma certa autonomia frente ao seu cuidado (Araújo, Nepomuceno, Figueiró, Mello, 2013).

Nota-se uma diversidade nos temas abordados pela Psicologia em contextos rurais, mesmo que esse não seja um campo ainda muito estudado. Uma das temáticas está relacionada com a conservação ambiental, assunto que desde a minha passagem pela faculdade de Biologia me interessou. Me surpreendi com a abordagem desse

assunto e me dei conta que a minha experiência pela mobilidade acadêmica me aproximou dessa Psicologia.

4. Itinerância segunda – Parque Nacional Serra da Canastra – narrativas de experiência

Ao fazer mobilidade acadêmica para a Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no primeiro semestre de 2016, escolhi uma cadeira chamada “Saúde Coletiva”. Escolhi Belo Horizonte como cidade para fazer a mobilidade também por estar mais perto do interior do país, diferente da lógica da maioria das capitais brasileiras que se localizam no litoral, ou bem próximo dele. Não estar voltada para o mar que ainda hoje serve de local de transporte para a exportação de riquezas naturais para o restante do mundo me parecia interessante para explorar outras terras e conexões com elas. Até que um dia entendi que não estar vendo o mar, não significaria não estar vendo aquilo que sai desse país, vendido como matéria prima barata para o restante do mundo. Deixamos de ser colônia? Em um dia comum em Belo Horizonte, estava esperando o trem entrar na plataforma e nos trilhos mais atrás vi passar durante alguns minutos, em uma velocidade lenta, um trem de carga com muitos containers abertos, sem tampa, carregando minérios a céu aberto. Viam-se montanhas de pó cinza em cada container e o trem deixava ao seu passar uma nuvem de poeira cinza. Essa é uma cena comum em Minas Gerais, estado que foi responsável por grande exploração de minérios quase que paralelamente com a chegada dos europeus colonizadores. Os primeiros vilarejos do interior do país se formaram por causa da mineração, para abrigar escravizados, garimpeiros, colonizadores e provê-los de alimentos. Assim se formaram os primeiros caminhos ao interior do Brasil, abrindo a terra e deixando-a totalmente exposta, ou melhor dizendo, a sangrar.

Um dia, o professor dessa disciplina contou do “Polos de Cidadania”, um programa na universidade que possibilita o trabalho conjunto de profissionais, estudantes e professores de diversos cursos, como Direito, Psicologia, Teatro e Arquitetura. Nesse programa, entre diversos projetos, há o projeto de extensão Serra da Canastra. No dia em que o professor explicou sobre os diferentes trabalhos do

programa, logo me interessei em participar do projeto que envolvia a Serra da Canastra, principalmente porque o local de trabalho era completamente incomum para mim, acostumada a um curso com aulas que tratam de cenários urbanos.

A Serra da Canastra é uma região no sudeste de Minas Gerais e nela se encontra o Parque Nacional Serra da Canastra³ que foi fundado em 1972, a partir da preocupação com uma seca rigorosa que aconteceu em 1971 na região, sendo uma justificativa para a preservação da nascente do rio São Francisco e do cerrado. Como definição, temos que uma Unidade de Conservação é:

Espaço territorial e seus recursos, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 2011, p. 5).

A partir da implementação do Parque, muitos conflitos se deram, pois estavam em disputa terras nas quais pessoas há gerações tinham seus modos de vida e dependiam delas para viver. Estavam destinados ao Parque 200 mil hectares de terra, porém desse total apenas 71 mil hectares são regularizados, até mesmo atualmente. Esse projeto chamado de Comissão da Verdade e Reconciliação da Serra da Canastra começou em 2015 no momento em que foi demandado de um juiz, Bruno Oliveira, com o objetivo de entrevistar os testemunhos atingidos pela criação do Parque Nacional, compilar reportagens e documentos sobre o Parque para haver uma melhor compreensão sobre o conflito que se atualiza no momento em que o ICMBio⁴ se mostra interessado em ampliar os limites do parque para chegar aos 200 mil hectares de terra decretados. Com esse projeto se almeja encontrar uma outra solução que não seja necessariamente a desapropriação das terras dessas pessoas. No processo de reconciliação, a população participa da decisão para o resultado do processo, onde se pretende chegar a um acordo entre órgãos ambientais, governo e sociedade civil. Essa Comissão da Verdade é um marco para o reconhecimento de que a constituição desse

³ Municípios que fazem parte da Serra da Canastra: São Roque de Minas, Vargem Bonita, São João Batista do Glória, Capitólio, Delfinópolis e Sacramento.

⁴ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade criado em 2007, faz parte do Ministério do Meio Ambiente. Ele executa as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, propondo, implementando, gerindo, protegendo, fiscalizando, monitorando as UCs. Cabe a ele fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade. <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstitu>

Parque acarretou em violações de direitos humanos na década de 70, na medida em que a Polícia Federal chegava nas terras dessas pessoas ameaçando, empurrando, dando tiros para o alto e não pagando a indenização de suas terras, havendo praticamente uma expulsão dessas pessoas de sua moradia e local de trabalho. Quando havia a indenização, era de um valor insignificante. Na década de 70 foram desapropriadas 111 propriedades, algumas de um único proprietário, mas com pessoas arrendando terras e trabalhando nelas.

Com o trabalho da Comissão da Verdade, essas pessoas buscam saber se irão receber alguma indenização a cerca dessas terras perdidas. Assim, atualmente são feitas avaliações do valor das terras que servem de base para futuras indenizações, havendo uma “reparação” do passado.

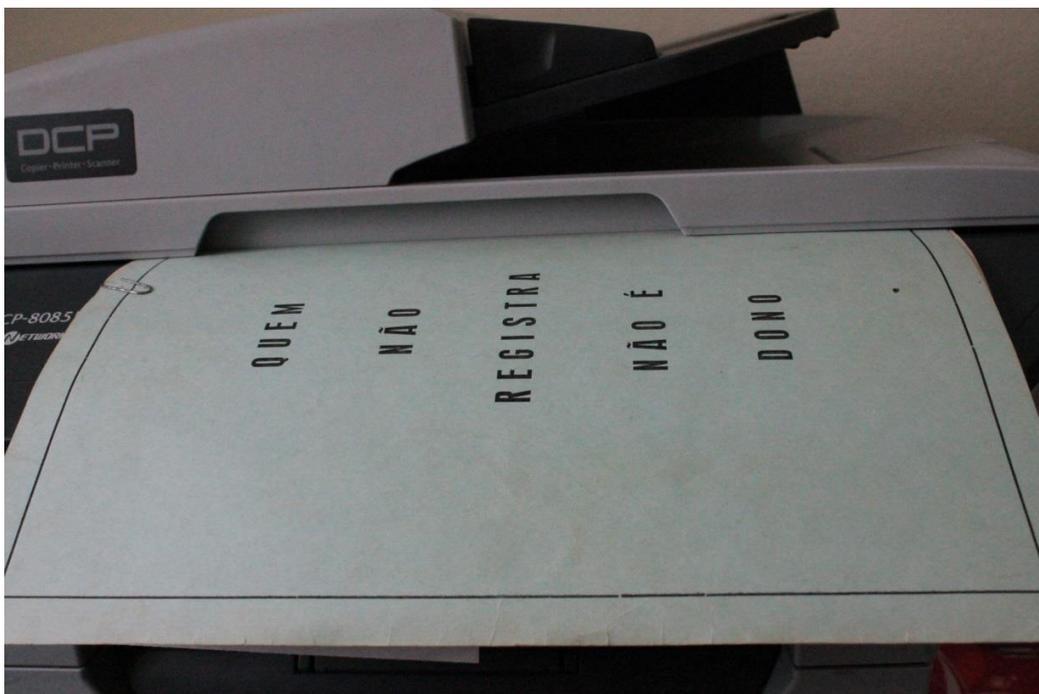
Particpei de uma ida a um município localizado na região da Serra da Canastra, Delfinópolis, onde muitos moradores que foram desapropriados na década de 70 vivem. Lá foram entrevistados essas pessoas e outros agricultores que seguem vivendo nas áreas do Parque Nacional, mas estão sofrendo pressão dos órgãos ambientais para deixarem suas terras para se efetivar a ampliação do Parque.

I. Quem não registra não é dono

Ter a posse de terras não acontece simplesmente por uma pessoa habitar ela, trabalhar nela, ter nascido nela, ou a própria palavra de que gerações sempre viveram ali não é o suficiente para se ter a posse dela. Para se ter o reconhecimento desse pertencimento, precisa haver uma palavra de um outro, esse outro não sendo necessariamente o Estado diretamente, mas um terceiro. Só se torna proprietário quando se pode comprovar que de alguma forma, a terra é tua. Comprovar algo é por meio de algum documento que sinaliza teu nome e o lugar que se refere em questão. Então, não basta que se ocupe tal lugar sem que esteja comprovado o seu pertencimento a alguém. Também não podemos falar algo que, por exemplo, é muito caro à população indígena, que considera que a terra não pertence a nós, os humanos e sim, nós que pertencemos a terra, pois fazemos parte da mesma, como qualquer outro ser vivo. Aquela é a lógica da propriedade privada. Segundo os artigos [184](#) e [186](#) da [Constituição Federal](#) de 1988:

Art. 184 – Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária [...]. Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (Constituição Federal, 1988)

Assim, só se é dono quando se registra a sua posse. Dessa forma, viver, trabalhar e ocupar ela está legalizado e aceito. O cartório te dá a legitimidade de ser livre nessa terra, no momento em que ela está registrada. Nenhuma pessoa ou até o Estado não poderia te considerar ilegal, pois você está registrado. Mas no momento em que existe uma disputa de terra, pois se considera que tal espaço seja melhor administrado pelo Estado, que é maior do que qualquer registro de propriedade privada, pois pode colocar em cheque aquilo que estava outrora assegurado pelo registro. Portanto, se suspende tudo no momento em que se decretou um Parque Nacional de 200 mil hectares, pois de alguém essa terra tem que ser tirada e para isso acontecer, não há mais documento suficiente que garanta a tua propriedade. Será que como anteriormente citado, as propriedades não exerciam sua função social para justificar a desapropriação? Durante as leituras sobre esse assunto, não encontro esse argumento para a desapropriação. Então não é suficiente apenas registrar para ser dono, pois não se é mais dono, já que o Estado decidiu que seria interessante preservar o cerrado a partir da ausência do ser humano que antes habitava ali e também preservava, talvez de outro modo. Aquele dono que não foi desapropriado na década de 70, mas que hoje não sabe se não vai sofrer da desapropriação, está há anos sem poder oficialmente modificar o ambiente de sua terra, seja plantando ou criando animais, pois é considerado irregular por se localizar na área que está destinada a ser PNSC. Somente essa limitação já torna a terra improdutiva não importando mais se essas pessoas vão deixar de serem produtores e, portanto também consumidores. Fica-se paralisado em sua terra ao temor de mais uma desapropriação. Que projeto de vida pode-se construir nessa condição?



Fotografia: Francisca Dilger

Durante o trabalho do projeto de extensão em Delfinópolis, recolhemos documentos que citassem as terras em questão e digitalizamos os mesmos para serem também enviados ao juiz. Durante as entrevistas, os canastreiros contam das violentas “visitas” entre os anos 1972 e 1980 da Polícia Federal que atiravam em latas de leite, desmanchavam o curral das fazendas e contam dos adoecimentos em decorrência dos sofrimentos a partir da desapropriação sem indenização, por precisarem mudar de moradia e estilo de vida. Contam que em suas terras viviam do que plantavam e só tinham a necessidade de ir até a cidade para comprar sal.

Uma das atividades tradicionais são as queimadas controladas, que é uma prática e um saber historicamente não reconhecidos pelas entidades de preservação ambiental e, portanto são práticas que geram muitas ambientais. Esses fogos são maneiras de acabar com queimadas que acontecem por conta de um evento natural ou causado pelo ser humano e que se alastram sobre as terras. Ao invés de serem apagadas com água, elemento escasso no cerrado em algumas épocas do ano, se prendia um fogo que iria de encontro ao outro fogo até que se consumisse as chamas nelas mesmas, parando a queimada. Essa prática não é aplicada nos fogos que acontecem no Parque Nacional da Serra da Canastra, havendo a destruição de grandes áreas, que às vezes chegam nas terras dos moradores, que não podem aplicar esse saber popular, pois correm risco de serem multados. Será que o Parque Nacional está cumprindo a sua função social? Muitos dos moradores da região alegam que com o descontrole do fogo, o Parque acaba

não exercendo a sua função de preservar o cerrado, pois não conseguem evitar as queimadas desenfreadas.

Pelo ICMBio os agricultores são vistos como irregulares por estarem nas áreas interiores aos 200 mil hectares decretados como Parque Nacional e são impedidos de exercerem suas atividades de agricultura e pecuária. Os moradores podem ser considerados comunidades tradicionais, pois aplicam o saber de produzir o queijo da canastra, um patrimônio cultural imaterial brasileiro. Existe a discussão sobre quem são as comunidades tradicionais na Serra da Canastra, e não há um consenso a respeito disso; alguns agricultores se afirmam como tal, outros não. Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída em 2007 pelo Decreto nº 6040, a definição de povos e comunidades tradicionais, descritos no Art. 3 é

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6040/07 para. 3)

Contrapondo um pouco a essa definição importante para o reconhecimento desses grupos sociais depois de muita luta para tal, Pereira e Diegues (2010) colocam que o termo “população tradicional” ultrapassa a tentativa de uma teorização, pois constitui uma problemática relacionada às políticas ambientais, territoriais e tecnológicas. São modos de produção que não se enquadram nos padrões da sociedade urbano-industrial, abarcando os sistemas de manejo de recursos naturais utilizados e colocados pelo processo oral de transmissão do conhecimento (Pereira, Diegues, 2010).

Agricultores, produtores de queijo Canastra ou de outros produtos artesanais praticam no seu modo de vida e trabalho os seus saberes referentes à natureza, à maneira de plantar, colher, reproduzindo seus fazeres cultural, social e ancestralmente. Pode bem ser que outros agricultores também, ao longo dos anos, migraram para produções mais modernas, dependentes de insumos e químicos, mas não deixam de serem atores sociais desse conflito.

II. O que contam e o que se escuta

Então, aqueles que escutam durante o projeto de extensão Serra da Canastra, mais especificamente em Delfinópolis, têm nomes, idades, rostos e corpos. Chamam-se João, Marcia, José, Maria, Antônio, Luciana e Joaquim⁵. Tinham idades variadas, mas principalmente a partir dos 40 anos até os 60, 70. Contaram muitas histórias, uns sussurrando, outros enfáticos nas suas falas, tomando muitas vezes aquele depoimento como uma última defesa justa para aquilo que ainda tinha caminho de seguir sem uma desapropriação. Alguém trouxe queijo, feito pelo seu pai idoso, que foi compartilhado e saboreado no grande grupo, acompanhando um café doce que só tem em Minas Gerais.

Lurdes conta que já assinou muito papel em função da burocracia a respeito das terras localizadas nos 200 mil hectares do Parque Nacional, com coerção ou não, mas fala que não vai mais assinar, porque ela assinava, afirmando que não ia prejudicar eles (funcionários do Parque Nacional), mas eles nunca assinaram de volta, garantindo que não iam prejudicar ela e sua família. Ela conta que eles não conseguem cuidar de toda essa terra, que o fogo é mais forte e queima muito. Com angústia Lurdes fala “vai lá e vê se é contra a lei plantar pra dar de comer pros filhos.” Ela conta que o seu pai já foi desapropriado sem nunca ter recebido a indenização devida. Também fala que a saúde de seu companheiro piorou muito depois de novas pressões exercidas pelos funcionários do ICMBio a respeito das terras ainda ocupadas dentro do Parque de 200 mil hectares. Diz que “não chama mais ninguém de Doutor, porque já perdeu o respeito mesmo.”

Outra mulher, Maria diz que “se o Parque preservasse direitinho, conservando mesmo, de verdade, eu até entendia, mas vai lá ver, lá não tem tanto bicho, tanto verde.”. Quando fala que entenderia, se refere à necessidade de desapropriar terras para incluir elas no território do Parque. Um senhor, nos mostra fotos da área do Parque antes de sua criação e depois da mesma e compara a cor das matas.

Muitas das pessoas que vieram à Câmara Municipal de Delfinópolis, onde aconteceram as gravações das entrevistas, ainda tem o seu pedaço de terra, muitos com uma roça, mas também tem uma casinha na cidade. Augusta diz que vive no medo, recebem muitas multas de valores enormes em cima de práticas que para eles, agricultores não deveriam ser motivo de multa. Muitas das multas têm a ver com a

⁵ Os nomes são fictícios.

queimada, que estão proibidas, mas sem haver o controle do fogo, às vezes ele vem já queimando as matas desde as áreas do Parque, descendo o Chapadão e chegando na propriedade dos moradores da região. Alguns se questionam e afirmam que então o Parque devia ser multado também. Augusta conta que com o receio de receber mais multas, não pode fazer nada, acaba não usando direito a sua terra. Também fala que os funcionários chegam de visita inesperadamente, sem informe. Existem entrevistados que falam sobre serem pessoas analfabetas, com dificuldade na escrita e leitura, mas que mesmo assim, entendem que não merecem ser tratados da forma como muitas vezes são, com falas agressivas e inseguranças que se estendem por anos, repetindo de certa forma a violência vivida nos anos 70. Os moradores da região contam da experiência que seus pais tiveram na época da criação do Parque Nacional, esses tem a fala dos mais velhos, que já morreram. Essas pessoas são descendentes daqueles primeiros habitantes da região. Até o século XVIII, antes da chegada dos bandeirantes brancos, moravam os indígenas Cataguazes, assassinados pelos bandeirantes (Bizerril, Soares, Santos, 2008). Os negros escravizados que conseguiram fugir das fazendas formaram diversos quilombos na região, como o do Pai Inácio, quilombo do Ambrósio e quilombo do Itambé (Gomes, 2002). As descendências étnicas e raciais são questões com abordagem restrita na literatura a cerca dos moradores da Serra da Canastra; aspectos que necessitam de maior pesquisa, pois tratam de uma condição histórica que produziram os modos de vida da sociedade brasileira associados à desigualdade racial e que compõem uma memória das formas de ocupação dos territórios, com características próprias com a diversidade cultural que nos constitui.

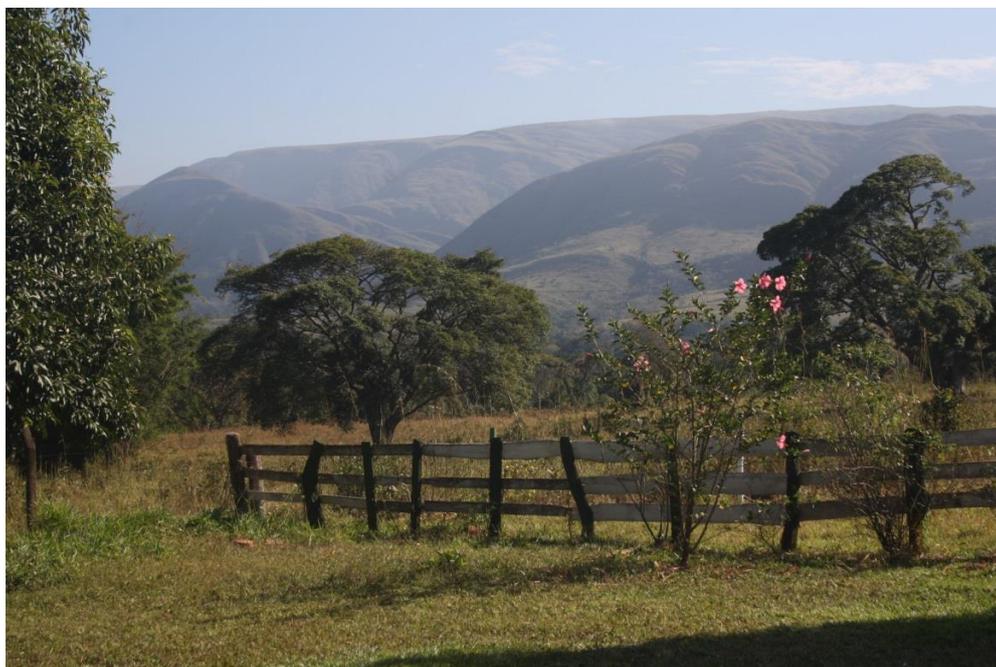
Poucos são os jovens que vivem nas terras do entorno do Parque, a maioria vive nas cidades pequenas perto ou mais longe para estudar e trabalhar. Essa já é uma realidade em muitos contextos de campo, floresta e interior do país, mas imagino que com esse cenário, onde as terras estão em constante disputa, qualquer atividade é incerta, nem mesmo os próprios pais desejam que seus filhos sigam dependendo da terra, ainda mais na situação atual, onde ainda podem ser desapropriados e quem sabe não corretamente indenizados.

Existem aqueles agricultores que contam de seu modo de produção, que talvez seja o mais explícito em relação à discussão da preservação/ conservação ambiental como é o relato de Joaquim que conta da sua terra, da produção de móveis a partir de árvores exóticas, como o eucalipto. Ele pretende defender suas terras, pois é a partir

dela que ele se sustenta. Certamente, parte do cerrado deixa de existir para que plantações de eucalipto sejam fonte de matéria prima para produtos, como móveis. Talvez, seja importante se perguntar por que não há um debate sobre a preservação do cerrado diretamente com os agricultores, e não apenas o decreto de um Parque Nacional, implementado completamente de forma vertical, sem levar em conta aqueles que há gerações vivem nessa terra.

Também há pessoas que vieram morar na região da Serra da Canastra sem que seus pais e avós tenham morado lá. Muitos abrem pousadas para receber turistas que visitam as redondezas e o Parque. O mercado do turismo existe na região e de algum modo, pessoas como essas se beneficiam da existência do Parque, pela vinda de turistas. Podemos pensar que o turismo também pode existir, por meio de visitas a terras menores que também preservam. Esse é um turismo que também atrai muitas pessoas na região da Serra da Canastra. Esses moradores compraram recentemente os lotes de terra e atualmente sabem que também serão atingidos caso a desapropriação aconteça para a regularização dos 200 mil hectares decretados.

III. Gurita



Fotografia: Francisca Dilger

Depois de dois dias de entrevistas, fomos entrar na região de entorno do Parque Nacional Serra da Canastra. Duas mulheres, mãe e filha, Antônia e Lia que prestaram seus depoimentos em Delfinópolis abriram sua casa na Gurita, uma das pequenas regiões da Serra da Canastra, ao pé dos morros do Parque, formado pelo Chapadão da



Fotografia:

Francisca

Dilger.

Babilônia. Lá nos mostraram alguns cantos, com rios e cachoeiras, contaram de suas plantas no quintal, onde cada uma tem um significado, um cajá- manga tem o nome de Juarez. Na beira do rio, atrás de sua casa, era a casa do avô, onde hoje restam algumas paredes em ruínas. Antônia conta do significado de viver naquela terra, de saber que seu pai nasceu lá, viveu e trabalhou com essa terra. Para elas, ver as ruínas dessa casa na beira do rio é muito importante para sua própria vida. Sentadas em pedras do leito do rio, contam que antigamente se lavava a roupa ali, e contam de costumes antigos e valiosos até mesmo para os mais jovens, pela importância de lembrar daquilo que os mais velhos faziam, mesmo que hoje em dia não se faça mais algumas coisas como anteriormente as gerações passadas eram habituadas a praticar. Nos mostram árvores de diferentes frutos do cerrado, estranhos para bocas sulinas. Plantas que brotam, carregando ainda consigo a sua primeira força para alcançar a luz. Da beira do rio suas raízes tem água o ano inteiro para viver.



Fotografia: Francisca Dilger

No seu pátio, há galinhas e patos e Antônia conta da chegada do Tamanduá, que às vezes ainda aparece. Animais silvestres e outros de criação vivem em um mesmo espaço? Aqui, há anos que sim. Ao mesmo tempo consigo entender a preocupação de que, por exemplo, o gado não tenha acesso aos leitos dos rios, como muitas vezes acontece. Ou que cachorros espantem aves e outros animais para proteger a criação de animais da pecuária.

Ambas, mãe e filha nos contam da

sua preocupação com a mineração, pois é conhecido que a região da Serra da Canastra seja repleta de minérios. Elas contam que existem mapas que mostram a quantidade e o tipo de minérios em cada lugar, mas não sabem que empresa virá para executar o trabalho. Para elas e outros moradores da região, certo é que áreas do entorno do Parque Nacional irão ser afetadas com a mineração, e conseqüentemente também as pessoas. Também falam que o turismo de motoqueiros destrói fauna e flora, não adiantando colocar placas pra explicar a importância do cuidado.

Atualmente, Antônia e Lia me escrevem, contando que com o governo atual a preocupação com a desapropriação diminuiu, mas o contato com advogados segue, depois de muitas reuniões e audiências públicas sobre o assunto com outras pessoas da região e entidades ambientais. Assim, ainda estão aguardando decisões sobre a situação fundiária. Porém em fevereiro, alguns proprietários de terras receberam um documento do ICMBio, falando sobre uma desapropriação amigável por causa da terra que se encontra dentro dos limites do Parque Nacional Serra da Canastra a partir do Decreto 70355 de 03/04/1972. Supostamente, essa desapropriação aconteceria apenas com o acordo das partes interessadas. Também informam nesse documento a respeito da

Compensação de Reserva Legal, que permite a negociação com terceiros sobre a terra para futura doação ao Parque Nacional.

IV. A Comissão da Verdade da Serra da Canastra – reconciliação possível?

A Comissão da Verdade da Serra da Canastra está sob sigilo da justiça, porque as violações de direitos humanos ainda estão em curso, portanto não se trata apenas de relatos de violência na época da implementação do Parque, mas também de eventos mais recentes de atritos com cidadãos da Serra da Canastra e agentes do estado. Com os 71 mil hectares de Parque implementados já haveria trabalho o suficiente para indenizar as pessoas que tiveram suas terras desapropriadas, porém hoje em dia se soma a isso a ampliação de 200 mil hectares e traz novas terras que estão em disputa. Neste contexto, o ICMBio poderia comprar todas essas terras no seu devido valor, fazendo a indenização direta, mas ao invés disso, embarga as atividades realizadas nelas, desvalorizando o terreno, tornando-o de certa forma improdutivo. O ICMBio já aumentou a área do Parque com o recebimento de doações a partir de Compensação de Reserva Legal, ou seja, proprietários que recebem multas ambientais em outras terras, mas do mesmo bioma, podem comprar as terras de interesse para o Parque e doá-las para se livrarem da multa (Ferreira, 2015). Dessa maneira o Parque não gasta na aquisição de terra por indenização.

V. A Mineração

A região da Serra da Canastra, assim como em grande parte do cerrado, é rica em diamantes e quartzitos, fazendo com que seja uma área de interesse para a mineração. Minas Gerais é um estado que constituiu seu nome a partir dessa exploração. Em uma visita ao ICMBio em Belo Horizonte, conversamos com um engenheiro florestal que nos mostrou um programa que identificava a quantidade por localidade de investimento por parte da população civil além de empresas em iniciar uma prática de mineração. E a Serra da Canastra é um local visado pelo interesse da mineração. Isso implica na preocupação de que essas áreas que estão em disputa se não se tornarem intocadas, sejam utilizadas de outra forma que não a agricultura, mas sim de que se abra violentamente a terra e se retire dela aquilo que milhares de anos a natureza precisou

para desenvolver e conseqüentemente, as feridas da terra não se fechem mais para que cresçam plantas e habitem animais silvestres, degradando o solo e a água. Essa é uma pauta silenciosa na discussão sobre o futuro da ampliação do Parque Nacional Serra da Canastra. Pensando em recursos naturais, os diamantes e quartzitos deveriam ficar de baixo da terra à medida que “a necessidade de manter fora do mercado os recursos que, por seu caráter de patrimônio natural, social e cultural, possuem um valor que transcende qualquer preço.” (Svampa, 2016, p. 149). Todavia, a mineração parece ainda ser uma prática intocada e sem empecilhos para ser implementada em grande e pequena escala, não havendo a proteção do comum. Pensar no Bem Viver seria considerar os direitos dos povos de dizer “não” a projetos que afetam as condições de vida, comprometendo o futuro das novas gerações (Svampa, 2016).

Mas a mineração não deixa de ser a única preocupação da instituição em relação ao Parque Nacional Serra da Canastra. O funcionário do ICMBio nos fala também sobre as produções dos agricultores que degradam o solo e não protegem o cerrado como deveria, seja com a criação de gado, tradicional da região há anos, ou o plantio de eucalipto. Em relação aos impactos, essas duas formas de extrativismo não podem ser equiparadas e tratam de atores e interesses diferentes.

VI. Preservação e Conservação Ambiental

Se o Parque Nacional Serra da Canastra foi criado para fim de preservação ambiental, essa é uma discussão que precisa ser feita com os canastreiros, algo que escapa um pouco do conflito quando esse se dá na medida em que os órgãos ambientais alegam a legitimidade da ampliação do parque, por estar decretado e os canastreiros que defendem suas propriedades de terra. Assim, há uma relação de poder em que está em disputa o uso de recursos naturais, seja por via de preservação ou de administração com autonomia das propriedades privadas. Aqui se pode introduzir o conceito de conflito socioambiental que trata da “possibilidade ou impossibilidade de compatibilizar economia e ambiente, interesses público, coletivo, difuso e privado, no atual contexto de produção e reprodução social.” (Rossi, Santos, 2018, p. 153).

Estes cenários de tensão são muito complexos, pois envolvem qualidade de vida dos agentes sociais, crescimento econômico de determinada região e utilização de recursos naturais, havendo muitos interesses distintos em jogo (Brito, Bastos, Farias, Brito, Dias, 2011). Os conflitos socioambientais são aqueles que além de diferentes atores sociais giram em torno do uso de um bem comum, geralmente um recurso natural, cujo território está visado para distintos propósitos de apropriação e significado e assim, pelo menos um dos grupos sociais corre risco quanto à continuidade das suas formas de uso daquele território (Acsehrad, 2004).

Os conflitos relacionados aos recursos naturais acontecem na medida em que grupos sociais reivindicam as terras com os recursos naturais como seu território de moradia e vivência (Gomes, Carmo, Santos, 2004). No caso da Serra da Canastra, o grupo afetado com a mudança de apropriação do território é o dos canastreiros, que veem seus modos de produção e conseqüentemente de vida ameaçados, e assim lutam por eles. Mas enquanto o objetivo de preservação e conservação ambiental não é discutido amplamente, o conflito socioambiental segue com poucas saídas para um possível acordo. Diferente do que geralmente encontra-se na literatura a cerca desses tipos de conflito, no qual está em disputa um recurso natural, como por exemplo, a pesca para seu uso por pequenos produtores e grandes empresas da indústria que impedem os modos de produção artesanal, o conflito da Serra da Canastra é sobre o uso da terra que é destinada para a preservação da biodiversidade e não apenas sobre seu uso produtivo, seja de alta exploração ou não. Aqui o fator ambiental é defendido e representado pelo Estado, considerando a preservação algo inviável de acontecer com a presença humana. Diegues (1995) traz que há uma invisibilidade das populações que vivem em unidades de conservação, por serem populações mais isoladas, em termos de geografia e modos de vida, mas também em função da ação do Estado. Os parques são verdadeiras instituições totais, no sentido de que as populações estão totalmente cerceadas, em sua forma de vida, pela implementação dos parques, que também tem seus aspectos positivos, já que dificultam a especulação imobiliária (Diegues, 1995).

[...] diz respeito aos espaços em que a questão ambiental se configura. Fala-se em dois tipos de espaço, o privado e o público, mas existe outro tipo de espaço em que talvez essa questão se configure de forma mais determinante: os espaços comuns. Na cidade, mas, sobretudo nas áreas não-urbanas, há espaços usados comunalmente. [...] A imposição de espaços públicos – os parques nacionais, por exemplo – sobre os espaços comunais representa um

conflito, já que esses espaços comunais configuram e viabilizam um modo de vida diferenciado. (Diegues, 1995, p. 32).

Chiro afirma que “a união da justiça social e do ecologismo supõe enxergar os seres humanos não como à parte, mas sim como parte integral do verdadeiro ambiente” (apud Svampa, 2016, p. 151). Assim, desapropriar as pessoas não compreende que o ser humano esteja fazendo parte desse ambiente ou que ele possa mudar seus hábitos para cada vez mais se integrar no ambiente. Porém, essa é a visão mais difundida nas políticas de conservação ambiental brasileira. Diegues (2001) fala sobre o histórico dos Parques Nacionais e traz que a ideia de criar áreas protegidas é manter intactos pedaços do mundo natural e puro, sendo uma das principais estratégias mundiais adotadas para conservação da natureza. No Brasil, o preservacionismo e o conservacionismo andam paralelamente na discussão da proteção ambiental (Calegare, Higuchi, 2013).

O preservacionismo aponta para a reverência à natureza para sua apreciação estética e espiritual, devendo-se protegê-la contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano e, por isso, as áreas naturais devem estar isentas da presença humana. O conservacionismo aponta para a conservação dos recursos naturais pelo seu uso racional, adequado e criterioso, o que abre a possibilidade da presença humana nas áreas naturais. (Calegare, Higuchi, 2013, p. 174).

Pereira e Diegues (2010) adicionam que para o preservacionismo, a natureza remete a vida selvagem, colocando uma dissociação entre ser humano e natureza, considerando que a interferência humana é sempre negativa.

Já em 1986, durante a conferência da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) se abordou a temática das populações tradicionais e as Unidades de Conservação. Recomendou-se que:

a) reconhecer a relação particular que esses povos mantêm com a natureza; b) assegurar aos povos tradicionais (indígenas, tribais e tradicionais) a participação no controle de uso dos recursos compartilhados; c) assegurar que os governos nacionais dediquem atenção necessária às necessidades e aspirações dos povos tradicionais cujos territórios serão afetados pela criação de parques nacionais e reservas; d) assegurar consulta e acordo desses povos no estabelecimento e manutenção de parques. (Diegues, 2001, p.61)

Nessa conferência, falou-se da importância de que os povos tradicionais não devem ter seu modo de vida alterado caso decidam ficar na área do parque, ou que não sejam reassentados sem seu consentimento (Diegues, 2001). Assim, foi a primeira vez que foi tratada de forma mais explícita e internacionalmente a situação dos povos tradicionais

que vivem em parques (Diegues, 2001). Já se tratou nesse trabalho sobre a discussão se os canastreiros podem ser considerados povos tradicionais ou não, mas precisa-se assinalar que se os moradores da região da Serra da Canastra decidem não deixar suas terras, isso não significa que isso seja levado em conta a ponto de ser respeitado, fazendo com que seus modos de vida sejam sim alterados. Certamente, é conhecido que a proteção de faixas vitais de terras selvagens ajuda também, por exemplo, a proteger terras agricultáveis, portanto deve ser de interesse também dos produtores agrícolas, preservar parte de suas terras (Diegues, 2001). Porém, o mesmo autor escreve que aqueles que não consideram o ser humano como peça chave para a proteção ambiental, e que muitas vezes são aqueles que estão em cargos de poder sobre esse assunto, consideram que a natureza selvagem é intocável e é impensável que uma Unidade de Conservação possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural (Diegues, 2001). Essa é uma discussão interessante, pois além da diversidade de espécies de fauna e flora, podemos pensar em uma diversidade cultural, exercida nos modos de vida e trabalho na Serra da Canastra. Pensar que essas duas diversidades podem andar lado a lado parece, nesse contexto, quase impossível. Atualmente também se discute a Natureza como sujeito de direitos e que precisa ser defendida por alguém, e é importante perceber e debater que

no sistema de proteção à vida não há que se falar em hierarquia. O homem é tão importante quanto a Natureza. [...] É necessário que haja um sentimento de pertença por parte do ser humano, como uma peça de toda biosfera, e como tal deve se colocar. O respeito mútuo entre os seres humanos deve se estender para abranger o respeito aos seres vivos em geral, ou seja, o respeito a todos habitantes do mesmo espaço (Pontes Jr., Barros, 2016, p. 441).

As reservas extrativistas são uma forma de Unidades de Conservação que segundo alguns autores são a melhor forma de combinar a preservação da natureza e a vida de pessoas nessas áreas (Diegues, 2001). A reserva extrativista é uma das alternativas para o uso sustentável dos recursos naturais, respeitando os modos tradicionais de vida e a diversidade biológica e foi defendida principalmente pelos trabalhadores seringueiros e recebeu maior atenção depois do assassinato de Chico Mendes em 1988 (Diegues, 2001). Porém, essa não é a forma mais implantada de Unidade de Conservação no Brasil.

O Parque Nacional Serra da Canastra não foi o único a ser fundado seguido de violentas desapropriações; como afirma Diegues (2001),

no período em que mais foram criadas unidades de conservação no Brasil (1970-1986), em pleno regime militar e autoritário, a criação dessas unidades era feita de cima para baixo, sem consultar as regiões envolvidas, ou as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhes eram impostas quanto ao uso dos recursos naturais (Diegues, 2001, p. 70).

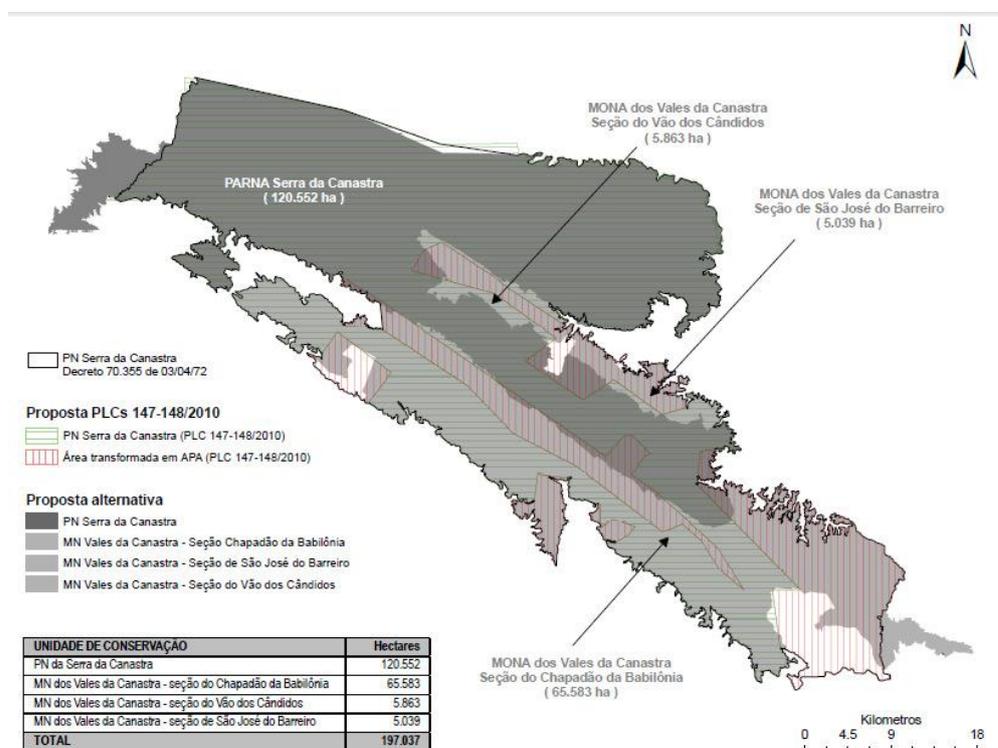
Nas entrevistas dadas, as pessoas diziam que os servidores do ICMBio não iam conversar com eles para saber como se dava a proteção ambiental em seus terrenos, ou até mesmo para instruí-los de melhores medidas protetivas. Como a reconciliação a partir do trabalho da Comissão da Verdade da Serra da Canastra se dará ainda está em aberto. Os proprietários de terra não poderiam permanecer na terra também preservando parte dela, ao lado da prática de plantio? Isso talvez fosse possível se o Parque não fosse uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e sim uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Existem duas modalidades de UCs: as de proteção integral e as de uso sustentável. A primeira se propõe a preservar a natureza, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais, mas sem autorizar a presença humana. São cinco modalidades: Estação Ecológica (Esec), Reserva Biológica (Rebio), Parque Nacional (Parna), Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre. Já a segunda tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais, o que abre permissão do uso destes segundo condições particulares pelas populações residentes. São sete modalidades: Área de Proteção Ambiental (Apa), Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), Floresta Nacional (Flona), Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)² e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). (Calegare, Higuchi, 2013, p. 176)

Nessa ideia foram apresentados dois Projetos de Lei da Câmara (1.448/2007 e 1.517/2007), ambos possibilitando a ideia de coexistência entre canastreiros e UCs. O primeiro com a ideia de alterar os limites do PNSC, assim solucionando os conflitos fundiários na região, mantendo o Parque com 71 mil hectares e o segundo com a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Canastra, fazendo com que essa se torne uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, protegendo um entorno

maior do PNSC, havendo um mosaico de unidades de conservação. (Ferreira, 2015). Enquanto os Projetos de Lei tiveram uma boa aceitação entre os camponeses, “não teve uma aceitação pelo ICMBio, que argumenta que o PNSC possui 200 mil hectares, afirmando, ainda, que por se tratar de uma proposta para recategorização como UC de Uso Sustentável, a APA traria mais problemas do que soluções para o Mosaico de Unidade de Conservação.” (Ferreira, 2014). Os dois projetos foram aprovados pela Comissão de Meio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) em 29 de outubro de 2008, mas no Senado Federal ainda estão tramitando com novas propostas, dentre elas a possibilidade da criação de um Monumento Natural, sendo UCs de Proteção Integral, prevendo um controle massivo do ICMBio nesse território, além da subordinação dos canasteiros às regras do Plano de Manejo do Mosaico de UC, pois as terras do Monumento Natural podem ser de domínio público ou privado, aceitando a permanência de pessoas nela, diferente das terras de um Parque Nacional (Ferreira, 2014).

VII. Fronteiras e Entornos



Fonte: Ferreira, 2014

Talvez se perceba a contradição existente em relação às fronteiras do Parque Nacional Serra da Canastra. Essa ambiguidade exprime a incerteza que é gerada com os diferentes números que representam a extensão do Parque. Se estão decretados 200 mil hectares para o Parque, mas apenas aproximadamente 71 mil hectares são regularizados, ou seja, demarcados por fronteiras onde visitantes e funcionários do mesmo circulam, como alguns alegam que outros estão irregulares? Diferentes interpretações geram desacordos e inseguranças frente aos limites das terras. Não há o consenso do que é limite do Parque e do que é seu entorno, sem mencionar a Zona de Amortecimento⁶ prevista para Unidades de Conservação, ou seja, o território em volta do Parque que mesmo não fazendo parte dele, tem regras específicas para o uso da terra a fim de causar menos impacto nas áreas que estão próximas aos limites.

No caso da Serra da Canastra, vê-se uma contraditória situação fundiária, onde as áreas do Parque ainda não regularizadas, para o ICMBio fazem parte do Parque, mas também seguem sendo privadas, não sendo de domínio da União, havendo fiscalizações e coerções que deslegitimam o modo de ser camponês, podendo se falar de uma violência de Estado.

5. Itinerância terceira - Conservação Ambiental e Psicologia

Atualmente no Brasil, a avaliação de uma área a ser decretada Unidade de Conservação segue sendo realizada unicamente por cientistas naturais, porém é necessária uma visão interdisciplinar sobre essa prática, juntamente com as populações tradicionais (Diegues, 2001).

Devido à demanda global a favor da proteção da natureza, juntamente com o crescimento de correntes ambientalistas detentoras de perspectivas diferentes da preservacionista, as populações tradicionais passaram a ser consideradas importantes como atores responsáveis pela proteção do ambiente natural no qual estão inseridas (Pereira, Diegues, 2010, p. 38).

⁶ Zona de Amortecimento é caracterizada pelo entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas são sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar impactos negativos sobre a unidade (Lei nº 9.985/2000, art. 2º, inciso XVIII). http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Flona_Passa_Quatro_Vol_V_zona_de_amortecimento.pdf

Somado a isso, autores como Calegare (2015) trazem que no momento em que se vinculou o estudo de aspectos das vidas rurais relacionados à visão global da sociedade, havendo mais ênfase ao campo de ação do que a proposições teóricas, a Psicologia também pode e deve contribuir para os espaços de pesquisa interdisciplinar nesses campos.

Acompanhar o trabalho do projeto de extensão Serra da Canastra foi se aproximar da Psicologia em um contexto rural, mesmo que isso não seja nomeado dessa forma. Autores da América Latina defendem uma nomeação da Psicologia Rural (Landini, 2015), mas acredito que considerar uma Psicologia que estude para atuar em contextos rurais sem apenas aplicar o conhecimento sobre o urbano ao rural é importante e está cada vez mais em curso, talvez não se precise de uma nomenclatura diferente. Cada vez mais, me parece importante a Psicologia se inserir (mais) nas discussões a respeito dos contextos rurais e se não há muito estudo acerca das ruralidades pela área da Psicologia (pelo menos na maioria dos currículos, como a Psicologia da UFRGS), que ela se aproxime das outras áreas de conhecimento para compor com essa discussão. Entendemos a Psicologia como um curso bastante urbanocentrado,

entretanto, com a expansão das vagas em instituições de nível superior e, conseqüentemente, dos cursos de Psicologia em todo o país, muitas universidades sofreram um processo de interiorização, ou seja, não estão apenas centradas em grandes centros urbanos [...] Com isso, estudantes, professores e profissionais estão tendo que lidar com situações que trazem à tona a ligação entre rural/ urbano, [...] e que não chegavam aos centros formadores tradicionais de psicólogos (Calegare, 2015, p. 438).

Podemos pensar que no cenário da Psicologia e da Psicologia Social, são poucos os estudos nesses contextos, entendendo as ruralidades como lugares de vida (Calegare, 2015). No início do século XXI, Albuquerque (2001) traz que a American Psychological Association (APA) já havia editado várias revistas de Psicologia sobre o rural, mas que, “em sua maioria, apresentava uma visão urbana que não levava em conta onde nasceram as pessoas, como estabeleceram as regras sociais, crenças, atitudes e valores em função desse ambiente” (apud Calegare, 2015, p. 437). A partir da experiência da Serra da Canastra, me pergunto como a Psicologia pode contribuir para ampliar essa discussão e considerar o ser humano como elemento importante para a

conservação ambiental. Para isso, pretende-se realizar uma pequena revisão sobre trabalhos na área da Psicologia que abordam essa temática.

Na área da conservação ambiental, a maioria dos trabalhos encontrados está diretamente vinculada às Unidades de Conservação da Amazônia⁷. Nesses escritos é comum encontrarmos a atuação de psicólogos juntamente com outros profissionais, como antropólogos ou engenheiros florestais. Muitos dos trabalhos abordam a problemática dos vieses da conservação e da preservação ambiental, e a luta dos movimentos sociais para a importância da inclusão dos povos e comunidades tradicionais nas áreas de conservação e no uso dos recursos naturais.

Incluindo os modos de viver dos povos e comunidades tradicionais se defende a diversidade cultural e também a sua conservação juntamente com a diversidade biológica presente nas áreas protegidas (Calegare, Higuchi, Bruno, 2014). Essa união entre diversidade cultural e biológica é considerar que a diversidade cultural apenas pode existir em conjunto com o ambiente no qual a partir da sua preservação as práticas culturais podem se manifestar. Além disso, também se reivindica que os povos e comunidades tradicionais possam atuar na gestão das áreas das UCs, de maneira que se formule uma gestão participativa, como já é previsto pelo PNAP (Plano Nacional de Áreas Protegidas) (Higuchi, Calegare, Freitas, 2013).

A maioria das pessoas das populações tradicionais na Amazônia são camponeses que não tem apenas uma forma de trabalho e sim são ao mesmo tempo agricultor, pescador e coletor/ extrativista, variando suas práticas conforme disponibilidade de recursos naturais (Higuchi, Calegare, Freitas, 2013). A agricultura é tradicional, já que o trabalho passa de geração em geração; perpetuando o conhecimento do uso da terra para o sustento familiar (Higuchi, Calegare, Freitas, 2013). Esses autores também notam que a produção nas diferentes Unidades de Conservação estudadas na Amazônia é pequena, na qual apenas o excedente que é pouco é vendido ou trocado por alimentos industrializados, roupas, móveis e combustível.

Nesta pesquisa, foram levantados dados acerca da noção dos moradores da Resex Auati-Paraná quanto à floresta, manejo florestal e cuidado com o lugar. Grande parte dos moradores entrevistados concorda que os mesmos têm mais direito de usar os

⁷ As Unidades de Conservação visitadas durante o estudo “Morar e Viver em Unidades de Conservação do Amazonas: Considerações Socioambientais para os Planos de Manejo” são na sua maioria Reservas Extrativistas, dentre elas a Resex do Baixo Juruá, a Resex Auati-Paraná, a Resex do Lago Capanã Grande, a Flona de Pau-Rosa e a Resex do Rio Jutai.

recursos da floresta por viverem nela, revelando um alto sentimento de posse em relação a ela (Fernandes, Calegare, 2013). Em relação ao apego, onde a maioria dos moradores concorda que o cuidado com a floresta tem relação com o sustento da família. Também se identificou que grande parte dos moradores concorda que é possível ganhar dinheiro com a floresta em pé, com o extrativismo de frutos e pescaria, por exemplo (Fernandes, Calegare, 2013). Essas são informações relevantes para a discussão de como a população local e moradora de Unidades de Conservação percebem seu entorno e são importantes para a conservação dessas áreas. Associar o cuidado com a floresta e o sustento da família e concordar com essa afirmação é entender a importância da biodiversidade da mata e atuar a favor dela, sem prejudicar o sustento próprio. Assim, pode-se perceber a possibilidade desses dois aspectos funcionarem lado a lado.

Veloso, de Oliveira, Lima, Marinho, Andrade (2013) trabalham com uma comunidade em Barra de Mamanguape, Paraíba, pertencente a uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e entendem que elementos fundamentais para o fortalecimento da comunidade são a participação, a autonomia e a reflexão crítica, a partir do diálogo, objetivando potencializar esses aspectos. A partir de entrevistas com os moradores, foram identificados alguns problemas na comunidade, como carência de emprego, consumo excessivo de álcool e outras drogas, problemas com serviços sanitários, carência de serviços de saúde, transporte público e conflitos acerca do uso de recursos naturais da UCs (Veloso, de Oliveira, Lima, Marinho, Andrade, 2013). Durante o trabalho, houve uma decisão coletiva da comunidade em realizar uma reunião com os representantes da Área de Proteção Ambiental (categoria da UCs de Uso Sustentável) a fim de buscar soluções para os conflitos em relação ao uso dos recursos naturais, como a pesca, por apresentarem dúvidas do que era autorizado ou não para uso. Percebe-se a potência da Psicologia em trabalhar com comunidades rurais a fim de viabilizar outras formas de diálogo entre os moradores da comunidade, cujas repercussões se dão a partir de formação de grupos, por exemplo.

Cozzolino, Irving e Soares (2015) escrevem sobre os conselhos e audiências públicas, previstos pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), mas que não tem poder deliberativo quanto à criação de uma UC ou a alteração da categoria. Essas audiências tem sido importantes espaços de disputa entre interesses, assegurando de algum modo a participação das populações (Cozzolino, Irving, Soares, 2015).

Irving e Matos (2006) apontam que a ideia de áreas protegidas se modifica, progressivamente, da concepção preservacionista para aquelas com maior flexibilidade de uso, como a conservacionista e assim, a gestão de Parques Nacionais é rediscutida. Mesmo assim, essas autoras atentam que o sistema de áreas protegidas parece inadequado devido a:

a) é incompleto e não cobre todos os biomas e espécies críticas; b) não está preenchendo os reais objetivos de conservação; c) a participação das comunidades locais no estabelecimento e gestão das áreas protegidas é inadequado; d) as áreas protegidas em países em desenvolvimento não dispõem de recursos necessários para a sua manutenção e/ou gestão. (Irving, Matos, 2006, p. 90).

Com essas afirmações, me pergunto o que está faltando para que os planos de proteção estejam adequados? Se a conservação não está acontecendo de forma intensa, segundo Irving e Matos (2006), o que precisa ser modificado para chegar em uma conservação mais plena? Acredito que a participação das populações locais é fundamental para uma conservação ambiental que não considere o ser humano aparte da sua natureza. Aqui pode-se inserir a discussão a respeito de como a relação humana com a natureza segue sendo a partir da colonialidade, no momento em que para ela “os diferentes contextos socioambientais, sua biodiversidade expressa em sua fauna e flora, são objetificados em uma relação de controle e dominação submetida aos ditames da lógica de produção da mercadoria” (Gonçalves, 2016, p. 402). A dominação da natureza a partir da colonialidade exprime que o ser humano é algo superior ao restante da natureza para ser civilizatório. Porém, no momento em que se decide tornar uma natureza intocada e reclusa para preservá-la, se mantém a lógica colonial de desconsiderar o humano parte da natureza. Isolando-a também é uma forma de dominação, pois pretende separar elementos que precisam andar lado a lado. Assim, defender uma conservação ambiental com a necessidade de aprender muito com as práticas de indígenas, quilombolas e populações tradicionais é subverter essa ordem eurocêntrica e se aproximar da decolonialidade. Pensar nessa subversão é retirar o ser humano da lógica da universalização branca, ocidental e consumista para inseri-lo em relação com a natureza, potencializando a sua diversidade cultural ao lado da biológica.

O próprio Plano Nacional de Áreas Protegidas⁸ faz a vinculação entre proteção da biodiversidade e da sócioidiversidade, incluindo os conceitos de patrimônio natural e cultural, tema ainda incipiente em estudos e práticas de gestão (Irving, Matos, 2006). Essas autoras ainda escrevem que

um dos maiores desafios para a gestão de parques nacionais, no âmbito do PNAP, será pensar os parques nacionais como inspiração e oportunidade para a construção de modelos de desenvolvimento diferenciados para o entorno, baseados na valorização da natureza, como ponto focal para as estratégias de inclusão social. (Irving, Matos, 2006, p. 95).

Uma pesquisa realizada com agricultores com terras dentro do Corredor Ecológico⁹ Chapecó, em Santa Catarina afirma que agricultores dos sistemas de produção familiares (tanto de assentamentos como não) estão mais predispostos a conservar as florestas, porque acreditam em resultados positivos a partir da conservação, do que agricultores em sistemas patronais (Zuchiwschi, Fantini, 2015).

Outra pesquisa em que a Psicologia e a Conservação Ambiental em Unidades de Conservação estão relacionados é sobre o desenvolvimento de um jogo. Pesquisadores desenvolveram um jogo informatizado, chamado SIMPARC que retrata de maneira lúdica alguns dos principais desafios e conflitos em relação à gestão de Parques Nacionais no Brasil, como ocupação irregular, uso turístico, poluição hídrica, degradação ambiental, uso ilegal de recursos naturais (Irving, Briot, Burstyn, Guyot, Melo, Sancho, Patto, Vasconcelos, 2007). Ele considera os interesses de diferentes atores sociais, como chefes dos parques, pesquisadores, ONGs, comunidades tradicionais e não tradicionais, empresários, órgãos públicos. O jogo é uma simulação de um parque fictício, no qual o jogador desenvolve estratégias de negociação com os demais atores sociais do jogo. Depois é simulado um cenário futuro para evidenciar convergências e dissonâncias das decisões tomadas e termina com a discussão do

⁸ O PNAP abrange as Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Terras de Quilombos e reconhece que a) além da importância para a vida das comunidades indígenas e quilombolas, eles desempenham um papel chave na conservação da biodiversidade; b) a gestão articulada e integrada das unidades de conservação, das terras indígenas e das terras de quilombo é fundamental para o alcance dos objetivos do SNUC; c) a conservação da biodiversidade beneficiem de forma direta as populações tradicionais e locais. (Brasil, 2006)

⁹ Corredores Ecológicos são áreas naturais que ligam unidades de conservação, e que possibilitam o fluxo de espécies, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas (Zuchiwschi, Fantini, 2015).

resultado final. Assim, ferramentas desse tipo são importantes para contribuir para o diálogo e a decisão coletiva para a consolidação dos compromissos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a fim da participação das populações locais nos processos de gestão dos Parques (Irving, Briot, Burstyn, Guyot, Melo, Sancho, Patto, Vasconcelos, 2007).

Quando falamos em Unidades de Conservação é importante entender um pouco da sua gestão e seu financiamento. O ICMS-Ecológico, instituído em 2007, é uma ferramenta de incentivo econômico para a proteção da biodiversidade em nível municipal e contribui para o aumento no número de áreas protegidas (Conti, Irving, Antunes, 2015). Esse crescimento parece ser motivado pela possibilidade de aumento na receita dos municípios a partir das criações de UCs. Porém, existe a necessidade de que essa ferramenta seja articulada a outras ações para a gestão ambiental nos municípios, como assistência técnica às prefeituras (Conti, Irving, Antunes, 2015). Interessante incluir esses dados na discussão sobre as UCs, já que ele é também responsável pelo aumento da criação dessas áreas. É preciso que se tenha um debate maior a respeito de como essas UCs são geridas a fim de que a população local possa se apropriar melhor dessas gestões, prevendo a inclusão das mesmas com o objetivo de assegurar o compromisso assumido pelos países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)¹⁰.

Outro estudo que tem a atuação da Psicologia abarca a conservação ambiental de maneira indireta, na medida em que se estuda o trabalho das mulheres no Manejo Florestal Sustentável de uma comunidade na Amazônia, que favorece a utilização da floresta e sua conservação e a conexão das mulheres com os recursos naturais (Oliveira, Higuchi, Higuchi, 2016). Elas utilizam madeira da floresta para a fabricação de artesanatos. Para as mulheres,

o MFS que se dá por meio de uma seleção técnica-científica de áreas e árvores para serrar, permite uma exploração consciente dos recursos florestais sem que haja maiores danos a floresta e ao futuro dela. [...] essa prática considera principalmente, a integridade dos indivíduos/florestais

¹⁰ “Assinada durante a Conferência Rio-92. [...] A CDB marcou uma mudança de direcionamento nas discussões ambientais, ao introduzir no debate a preocupação com as questões sociais, apontando a importância da participação social no processo de gestão de UCs” (Cozzolino, Irving, Soares, 2015).

remanescentes responsáveis pela manutenção e sustentação da floresta e das próximas gerações que dela irão se beneficiar (Oliveira, Higuchi, Higuchi, 2016, p.6).

Assim, o papel do artesanato não é apenas o de uma fonte de renda, mas uma forma das mulheres assumirem um papel na comunidade, havendo um reconhecimento local e deslocando a responsabilidade antes exclusiva dos homens no Manejo Florestal Sustentável (Oliveira, Higuchi, Higuchi, 2016). Dessa forma é possível conhecer trabalhos como estes que são viáveis graças ao protagonismo das mulheres agricultoras e perceber que a Psicologia está presente em outros contextos, que na sua maioria são estudados por outras áreas do conhecimento acadêmico.

A Psicologia também está presente no contexto rural a partir da Psicologia Ambiental que entende que “o ambiente influencia o comportamento, pois procura compreender como o indivíduo analisa, entende e interage com o ambiente, e ao mesmo tempo como ele está sendo influenciado por ele” (Jerônimo, de Souza, 2014, p. 82). A pesquisa dessas autoras estudou a resistência de famílias agricultoras à mineração em Santa Catarina, identificando que essa resistência é uma forma de tentar impedir a degradação do lugar, relacionando o pertencimento do espaço dos moradores com suas ações. A resistência dos agricultores frente à mineração significa o entendimento de preservar o ambiente no qual vivem para seguirem com suas atividades econômicas, mas também para a preservação da natureza, pois “para eles, preservar a natureza e o espaço em que vivem significa preservar sua própria vida” (Jerônimo, de Souza, 2014, p. 85).

Após essa breve revisão a cerca dos trabalhos da Psicologia, pode-se perceber a significativa atuação de pesquisadores com comunidades que vivem em Unidades de Conservação, principalmente na Amazônia. Porém, nota-se a necessidade de haver mais trabalho com as populações rurais e a conservação ambiental, pois os estudos são poucos.

6. Considerações Finais

Olhar para o percorrido do caminho que gerou esse processo de escrita é considerar as itinerâncias como fundamentais para impulsionar a experiência. A experiência de estudar sobre um assunto novo desde o início me pareceu desafiador, senti que esse era o momento para explorar esse campo, dando um lugar para a minha experiência no projeto de extensão Serra da Canastra. Essa itinerância gerou questionamentos, e me aproximou da conservação ambiental que era mais presente na época da faculdade de Biologia e agora se fez novamente viva. Entendi que a Psicologia pode e deve se inserir nessa discussão, mas sempre tendo em mente a importância da interdisciplinaridade, pois é ela que faz o deslocamento entre vários campos e aspectos sociais ser possível.

Foi também a partir da interdisciplinaridade que aconteceu uma atividade em maio de 2019 na biblioteca do Instituto de Psicologia, juntando o trabalho da professora do Serviço Social Mailiz Garibootti Lusa com as experiências de duas alunas da Psicologia na escrita do Trabalho de Conclusão de Curso. A temática “(In)visibilidades Rurais: Para quem?” contou com a discussão sobre as especificidades rurais que muitas vezes não são levados em conta nas profissões que atendem a população rural. Ter participado dessa atividade foi viabilizar uma inserção desse tema na faculdade que não conta com essa discussão no currículo.

Considero que escrever este Trabalho de Conclusão de Curso foi um processo de aprendizado a respeito das possibilidades da Psicologia de se inserir nos contextos rurais e perceber que ainda há muito o que estudar, já que as pesquisas nesse campo não estão esgotadas, pelo contrário, estão apenas começando.

Reis do Agronegócio

Chico César, texto: Carlos Rennó

Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimento com veneno
Vocês que aumentam todo ano sua posse
E que poluem cada palmo de terreno
E que possuem cada qual um latifúndio
E que destratam e destroem o ambiente
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente
Vocês desterram povaréus ao léu que erram
E não empregam tanta gente como pregam
Vocês não matam nem a fome que há na terra
Nem alimentam tanto a gente como alegam
É o pequeno produtor que nos provê e os
Seus deputados não protegem, como dizem:
Outra mentira de vocês, pinóquios véios
Vocês já viram como tá o seu nariz, heim?
Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve
Sem o agrebiz feroz, desenvolvimentista
Mas até hoje na verdade nunca houve
Um desenvolvimento tão destrutivista
É o que diz aquele que vocês não ouvem
O cientista, essa voz, a da ciência
Tampouco a voz da consciência os comove
Vocês só ouvem algo por conveniência
Para vocês, que emitem montes de dióxido
Para vocês, que têm um gênio neurastênico
Pobre tem mais é que comer com agrotóxico
Povo tem mais é que comer se tem transgênico
É o que acha, é o que disse um certo dia
Miss motosserrainha do desmatamento
Já o que acho é que vocês é que deviam
Diariamente só comer seu "alimento"
Vocês se elegendem e legislam, feito cínicos
Em causa própria ou de empresa coligada:
O frigo, a múlti de transgene e agentes químicos
Que bancam cada deputado da bancada
Té comunista cai no lobby antiecológico
Do ruralista cujo clã é um grande clube
Inclui até quem é racista e homofóbico
Vocês abafam, mas tá tudo no youtube
Vocês que enxotam o que luta por justiça;
Vocês que oprimem quem produz e que preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva
Vocês que podam e que fodem e que ferram
Quem represente pela frente uma barreira

Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra
O extrativista, o ambientalista ou a freira
Vocês que criam, matam cruelmente bois
Cujas carcaças formam um enorme lixo
Vocês que exterminam peixes, caracóis
Sapos e pássaros e abelhas do seu nicho
E que rebaixam planta, bicho e outros entes
E acham pobre, preto e índio "tudo" chucro:
Por que dispensam tal desprezo a um vivente?
Por que só prezam e só pensam no seu lucro?
Eu vejo a liberdade dada aos que se põem
Além da lei, na lista do trabalho escravo
E a anistia concedida aos que destroem
O verde, a vida, sem morrer com um centavo
Com dor eu vejo cenas de horror tão fortes
Tal como eu vejo com amor a fonte linda
E além do monte o pôr-do-sol porque por sorte
Vocês não destruíram o horizonte... Ainda
Seu avião derrama a chuva de veneno
Na plantação e causa a náusea violenta
E a intoxicação "né" adultos e pequenos
Na mãe que contamina o filho que amamenta
Provoca aborto e suicídio o inseticida
Mas na mansão o fato não sensibiliza
Vocês já não tão nem aí co'aquelas vidas
Vejam como é que o agrobiz desumaniza...:
Desmata Minas, a Amazônia, Mato Grosso...;
Infecta solo, rio, ar, lençol freático;
Consome, mais do que qualquer outro negócio
Um quatrilhão de litros d'água, o que é dramático
Por tanto mal, do qual vocês não se redimem
Por tal excesso que só leva à escassez
Por essa seca, essa crise, esse crime
Não há maiores responsáveis que vocês
Eu vejo o campo de vocês ficar infértil
Num tempo um tanto longe ainda, mas não muito
E eu vejo a terra de vocês restar estéril
Num tempo cada vez mais perto, e lhes pergunto
O que será que os seus filhos acharão de
Vocês diante de um legado tão nefasto
Vocês que fazem das fazendas hoje um grande
Deserto verde só de soja, cana ou pasto?
Pelos milhares que ontem foram e amanhã serão
Mortos pelo grão-negócio de vocês
Pelos milhares dessas vítimas de câncer
De fome e sede, e fogo e bala, e avcs
Saibam vocês que ganham "cum" negócio desse
Muitos milhões, enquanto perdem sua alma

Que eu me alegraria se afinal morresse
Esse sistema que nos causa tanto trauma
Eu me alegraria se afinal morresse
Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimento com veneno

Vocês não destruíram o horizonte... Ainda

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/590751/mod_resource/content/1/Conflitos%20Ambientais%20no%20Brasil.pdf> Acesso em: 28 maio 2019

BIZERRIL, Marcelo; SOARES, Carla Cruz; SANTOS, Jean Pierre. Um lugar chamado Canastra. Instituto Pró-Carnívoros: Atibaia, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/fnma/publicacao/1_publicacao25112010111634.pdf> Acesso: 24 maio 2019

BRASIL. Artigos 184 e 186 da Constituição Federal, 1988. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp> Acesso em: 15 junho 2019

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA/SBF.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 13 abril 2019

BRASIL. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2006

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. In: A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil. Porto Alegre : ABRAPSO, 2015

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. Psicologia Social e Ambiental em Unidades de Conservação do Amazonas. In: *Psicologia e Contextos Rurais*. Natal: EDUFRN, 2013

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. Povos e Comunidades Tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. São Paulo: Ambiente & Sociedade, 2014

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal, agosto 1997

CONTI, Bruna; IRVING, Marta; ANTUNES, Diogo. O ICMS-Ecológico e as Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro. Curitiba: Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2015

DANTAS, Candida; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder; MACEDO, João; TORQUATO, Jaqueline. A Pesquisa em Contextos Rurais: Desafios Éticos e Metodológicos para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 2017

DELGADO, Nelson; LEITE, Sergio; SCHMITT, Claudia; GRISA, Catia; KATO, Karina; WESZ JUNIOR, Valdemar. Concepções de Ruralidade e Políticas Públicas na América Latina e na Europa: Análise Comparativa de Países Selecionados; In: *Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf> Acesso em: 7 junho 2019

DIEGUES, Antônio Carlos; *O mito moderno da natureza intocada*; São Paulo: Editora HUCITEC, 2001

DIEGUES, Antônio Carlos. In: *Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais*; Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

FERNANDES, Felipe; CALEGARE, Marcelo. Indicadores ecológicos e Percepção Socioambiental na Resex Auati-Paraná. II Congresso de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Manaus, 2013

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini; As propostas para o Parque: Uma travessia incerta na Serra da Canastra – MG; Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória; 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405176532_ARQUIVO_ASPROPO_STASPARAOPARQUE-agbcompletoGustavo.pdf Acesso em: abril de 2019

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. O Parque Nacional Serra da Canastra – MG: algumas propostas, conflitos e incertezas territoriais, Revista Cerrados: Montes Claros, 2015

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Revisão do Plano de Manejo Parque Serra da Canastra. Instituto Terra Brasilis: Belo Horizonte; 2002.

GONÇALVES; Bruno Simões. A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. Psicologia Política, 2016.

GRAZIANO, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O novo rural brasileiro; Ocupações rurais não agrícolas – Oficinas temáticas; 1997. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf> Acesso em: 15 março 2019

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; CALEGARE, Marcelo Carlos Aguilar; FREITAS, Camila Carla de. *Morar e Viver em Unidades de Conservação do Amazonas: Considerações Socioambientais para os Planos de Manejo*. Manaus, 2013.

IRVING, Marta; BRIOT, Jean-Pierre; BURSTYN, Ivan; GUYOT, Paul; MELO, Gustavo; SANCHO, Altair; PATTO, Vinícius; VASCONCELOS, Eurico. Desenvolvendo novas alternativas metodológicas para a gestão de parques nacionais: Jogos de papéis e simulação informática; Conference Paper, 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7601224-Desenvolvendo-novas-alternativas-metodologicas-para-a-gestao-de-parques-nacionais-jogos-de-papeis-e-simulacao-informatica.html>> Acesso em: 10 junho 2019

IRVING, Marta; MATOS, Karla. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. Rio de Janeiro: Floresta e Ambiente, 2006

LANDINI, Fernando (org.). Hacia una psicología rural latino-americana. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação, 2002

LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda (org.). *Psicologia e Contextos Rurais*. Natal: EDUFRN, 2013

LEMKE, Ruben Arthur; DA SILVA, Rosane Azevedo Neves. Um estudo sobre a itinerância como estratégia de cuidado no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Physis Revista de Saúde Coletiva, 2011

LOPES, Eliana Maria; FERREIRA, Clarice Regina; FRIEDRICH, Douglas Renan. *Psicologia e ruralidades: caminhos para um fazer psicológico transformador*. Montevideo: Psicología, Conocimiento y Sociedad, 2018

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: *Dinâmicas do Espaço Agrário: Velhos e Novos Territórios*; Porto Alegre: Evangraf; 2017

OLIVEIRA, Jamilyle de Souza; HIGUCHI, Maria Inês; HIGUCHI, Niro. O manejo florestal sustentável na boca das mulheres, Anais do 2º Congresso Brasileiro de Educação Ambiental e 5º Workshop de Educação Ambiental Interdisciplinar. Juazeiro: Editora Franciscana, 2016

OTERO, Manuel. Prefácio IICA. In: *Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA; 2013. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>> Acesso em: 7 junho 2019

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2006

ROSSI, Renata Alvarez; SANTOS, Elisabete. Conflito e regulação de água no Brasil – a experiência do Salitre. Salvador: Caderno CRH, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v31n82/0103-4979-ccrh-31-82-0151.pdf>> Acesso em: 28 maio 2019.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: Curitiba, 2010

PONTES JR., Felício de Araújo; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. A Natureza como sujeito de direitos. In: *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Editora Elefante e Fundação Rosa Luxemburgo, 2016

SANTOS, Anajá Antônia Machado Teixeira dos; ARRUDA, Carlos André Moura; GERHARDT, Tatiana Engel. O mundo rural e a Política Nacional de Saúde Integrada das Populações de Campo, da Floresta e das Águas; In: *Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018

SILVA, Kátya de Brito e Silva; MACEDO, João Paulo. Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. Psicologia: Ciência e Profissão, 2017

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O conceito de Rural. In: *Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. In: *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Editora Elefante e Fundação Rosa Luxemburgo; 2016

VELÔSO, Thelma; DE OLIVEIRA, Flávia; LIMA, Iara; MARINHO, Jacqueline; ANDRADE, Lucélia. Uma experiência de Psicologia Social Comunitária na comunidade de Barra de Mamanguape. In: *Psicologia e Contextos Rurais*. Natal: EDUFRN, 2013

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, 2000

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: *Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>> Acesso em: 7 junho 2019

ZUCHIWSCHI, Elaine; FANTINI, Alfredo Celso. Intenção comportamental de agricultores do Oeste de Santa Catarina para a conservação de florestas nativas. Estudos de Psicologia, 2015